

AGUARDEM!

Próxima edição:
EM TEMPO especial
de fim de ano
Dia 11/12/80

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • ANO III • Nº 1119 • De 20 de Novembro a 10 de Dezembro de 1980 • Cr\$ 30,00

15 de novembro:

O povo protestou contra o golpe nas eleições.

E agora?



**O PT
DEVE EMPUNHAR
ESTA BANDEIRA?**

Olívio Dutra e Francisco Weffort, integrantes da direção nacional, analisam a atuação do partido na conjuntura, a campanha dos liberais pela Constituinte e a posição do PT diante desta bandeira.

Págs. 2 e 3

**Vem aí
mais
arrocho!**

Chico de Oliveira desvenda
o novo (?) pacote
anti-povo do Sr. Delfim

Pag. 5

**• Debate: a greve foi
uma derrota?**



Lula responde a Hércules Correia
• Eleições na Volks

A farsa vista por dentro

Págs. 10 e 11

UNE

O mapa completo
das eleições

Pág. 6

**70 anos da
Revolta da Chibata**

Rio de Janeiro - 22 de novembro de 1910 -
A insurreição dos marinheiros

Págs. 12 e 13

Os fascistas continuam assanhados

Mais farsas e novas torturas

No momento em que o governo apresenta o suposto autor da carta-bomba à OAB, o brasileiro Ronald James Watters, é bom lembrar que um auto de busca e apreensão completamente irregular e confissão arrancadas sob tortura são utilizadas para desviar a atenção da responsabilidade do aparelho repressivo do governo sobre os atentados terroristas, e condenar inocentes.

Por Juarez Guimarães

Às 16 horas do dia 17 de abril, um forte contingente policial comandado pelo delegado José Anir de Almeida bateu à porta da residência do professor David Maximiliano de Souza, diretor da sub-sede municipal da União dos Trabalhadores de Ensino. Em casa, só a mulher de David, dona Zília e o filho pequeno. A mãe, assustada, ainda tem tempo de levar o menino à casa do vizinho e voltar.

No dia seguinte, divulgando informações do delegado José Anir de Resende, o jornal "Diário de Minas", da capital mineira, noticia em manchete que a polícia, após receber telefonema anônimo, encontrou material explosivo na residência do professor David, o qual seria utilizado em atentado contra o general Figueiredo nas comemorações do dia de Tiradentes, em Ouro Preto. No dia 21, também marcado para uma concentração do professorado mineiro em campanha salarial, Ouro Preto foi ocupado por um monstruoso aparato de segurança.

Passado o episódio, restou o processo contra David. Não possuindo elementos para acusar o professor de tramar um atentado contra Figueiredo, o delegado do DOPS de Belo Horizonte, Márcio Domingues, preside um inquérito que indícia David no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional: "ter em depósito, sob sua guarda, instrumentos de destruição ou de terror sem permissão da autoridade competente.

No dia 6 de novembro, na Auditoria Militar, o promotor tem em suas mãos duas provas para sustentar a acusação: um depoimento de sua esposa, prestado no dia de sua prisão e o auto de busca e apreensão. Depois de horas de retórica acusatória e após relacionar o material encontrado com as bombas que explodiram em todo o país, o promotor pede a condenação do professor David".

O advogado de defesa, Idibal Piveta ataca as peças de acusação. Quanto ao depoimento de dona Zília: ele não tem valor legal pois foi prestado na polícia e posteriormente negado na Auditoria (há mais de 100 acordos na jurisprudência do Supremo Tribunal Militar de que depoimentos prestados na polícia e posteriormente negados em Tribunal não tem valor) e é da esposa do réu, sendo que o artigo 296 do Código de Processo Penal Militar, como todo o direito universal, afirma que o depoimento de esposa do réu não tem valor. Lê ainda o depoimento de Raimunda Maria Evangelista, testemunha apresentada pela acusação, que diz "não ter ouvido Dona Zília afirmar que havia dormido sobre material que a incomodava", como consta do seu primeiro depoimento.

Um auto de pé quebrado

A segunda peça de acusação, o auto de busca e apreensão, cheio de irregularidades também não sustenta a acusação. O auto de exibição, elaborado nove dias após a apreensão do material e não no próprio dia, como determina a lei, afirma que a polícia entrou na casa de David às 14:45 horas. Ao contrário das duas testemunhas requeridas pela polícia, que afirmam que ela lá entrou às 16:00 horas. As testemunhas não presenciaram ainda a "descoberta" da polícia: "quando retornei à sala, outro policial que se dizia delegado, já havia revistado a cama ali existente e o material explosivo já estava a descoberto no colchão"; "quando cheguei na casa de dona Zília, o material se encontrava em cima do colchão". Enfim, um auto de pé quebrado.

Além disso, segundo o exame pericial do material, a montagem do explosivo não é acessível a leigos, e o material só pode ser adquirido pelo Serviço de Fiscalização da

Importação do Ministério do Exército.

Apesar de tudo isso, David foi condenado a um ano de prisão. O primeiro preso político depois da decretação da anistia parcial.

Confissões sob tortura

No dia 4 de novembro último, também diante da Auditoria Militar de Juiz de Fora, Eduardo Vilanova, acusado oficialmente pelo Governo de ser terrorista, ligado a uma organização internacional, declarava que foi torturado para dizer que era vinculado à Organização Socialista Internacional, declarava que foi torturado para dizer que era vinculado à Organização Socialista Internacional, declarava que foi torturado para dizer que era vinculado à Organização Socialista Internacional: "eles me fizeram beber água do vaso sanitário para eu confessar que pertencio a um tal de OSI. Eles me bateram na Escola de Cadetes do Ar de Barbacena e no DOPS de Belo Horizonte".

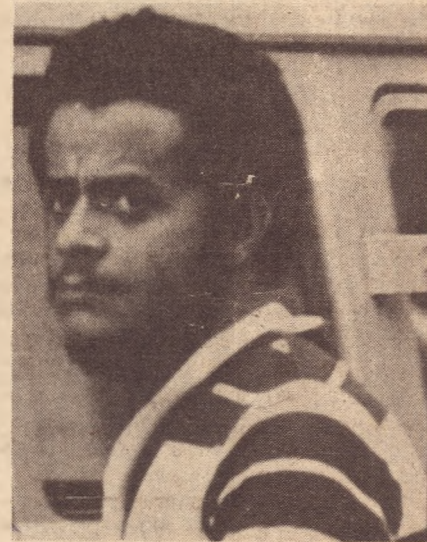
A confissão de Eduardo Villanova, que arrolava várias outras pessoas como integrantes da OSI, foi divulgada em nota oficial da Secretaria de Comunicações do Planalto, alguns dias após o assassinato da secretária da OAB, Lyda Monteiro. Na época, o encontro da imprensa com Eduardo Villanova foi sucessivamente adiado pelo DOPS mineiro e a família de Eduardo entrevistou a seu favor, revelando o seu estado nervoso problemático, submetido a medicações permanentes.

Eduardo está preso, desde o dia 15 de julho em Linhares, e como David, será submetido a julgamento.

Qual a farsa maior?

Resta saber qual a farsa mais grotesca: se a de David ou de Eduardo, a disputar palmo a palmo o ridículo e absurdo, ou esta outra, a da "abertura", onde como nos velhos tempos, também se tortura, se falseiam impunemente acusações e se condenam inocentes.

Flagrante



Este é Flávio, apontado pelo professor David Maximiliano como aquele que provavelmente colocou os explosivos em sua residência em Ouro Preto e também como integrante dos quadros paramilitares do Governo. Frequentava a casa de David e foi descrito por muitos como de comportamento "esquisito e curioso". No dia 12 de setembro, quando "participava" de uma manifestação estudantil em Belo Horizonte, ele foi fotografado por um repórter que o reconheceu.

Uma verdadeira caça às bruxas

Padres ameaçados, jornalistas e profissionais demitidos por motivos políticos, programas populares proibidos, 21 pessoas indiciadas na Lei de Segurança Nacional. É o rolo compressor da "abertura" em Minas.

Por Fernando Miranda

A CPI sobre o Terrorismo, instalada na Assembléia Legislativa mineira, boicotada e encerrada pelo PDS, teve enfim, uma consequência direta: a demissão do sociólogo João Batista dos Mares Guia, pela Fundação João Pinheiro, órgão da Secretaria de Planejamento do Estado. João Batista, que é vice-presidente da Comissão Municipal Provisória do PT em Belo Horizonte, foi convocado para depor na CPI na condição da presidente da Fundação Centro de Estudos do Trabalho (CET), uma das entidades vítimas de atentados terroristas. Em seu depoimento, ele denunciou a omissão das autoridades em investigar pistas que poderiam levar à identificação dos criminosos, citando ainda nomes de várias pessoas suspeitas de envolvimento com o terrorismo em Minas. O chefe que comunicou a João Batista a demissão, sociólogo Geraldo Magela, disse que ela se devia a suas atividades político-partidárias.

A escalada repressiva chegou também ao interior de Minas, procurando golpear os setores comprometidos com os trabalhadores, principalmente a Igreja. Assim é que, depois das investigações para encontrar o pistoleiro que tentou assassinar o padre Mamede não terem dado em

nada, as ameaças contra os padres da região continua. Além das acusações do General Coelho Neto ao bispo de Teófilo Otoni, as quais alcançaram repercussão nacional, na Assembléia Legislativa, o deputado pedessista Sylo Costa apoiou as palavras do general, fazendo acusações idênticas aos bispos de Uberaba e Uberlândia.

Se as acusações contra a Igreja ficam por conta de militares e deputados, no caso dos movimentos populares e jornalistas, a repressão tem adotado a prática de abrir inquéritos para indiciá-los na Lei de Segurança Nacional. Foi o que ocorreu em Juiz de Fora, onde 15 membros do Comitê de Solidariedade aos Movimentos Operários e Populares estão sendo processados. O inquérito foi aberto a pedido da Auditoria Militar, depois que o Comitê divulgou um boletim contra a permanência do professor David Maximiliano na prisão, no qual afirmava que a Justiça Militar fora "maleável" ao recusar o pedido de relaxamento da prisão preventiva do professor.

Entre os indiciados estão o professor Paulo Delgado, diretor da União dos Trabalhadores do Ensino de MG e membro da Comissão Provisória Regional do PT, o professor Mário de

Oliveira, presidente da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora, Henrique Delvaux, presidente do Diretório Municipal do PMDB, Carlos Alberto Guilhermino, secretário da Comissão Provisória Municipal do PT, Fernando Grossi, ex-presidente do DCE da Universidade Federal de Juiz de Fora. Também foram indiciados o advogado do professor David, José Machado, e a jornalista Maria Luiza, do Diário da Tarde de Juiz de Fora, pelo fato de ela ter feito matéria sobre o boletim do Comitê.

Pressão sobre os jornalistas

Nada menos que seis jornalistas de Belo Horizonte estão atualmente sendo processados com base na LSN, por terem noticiado o recebimento de uma nota do Partido Comunista do Brasil (PC do B) no dia 7 de setembro, com declarações sobre a independência (falta de) no Brasil.

Logo aberto o inquérito, a primeira medida adotada pela Rádio Jornal do Brasil foi demitir todos aqueles que eram responsáveis pelo noticiário da emissora, enquanto a Sucursal do Jornal do Brasil aproveitou a onda para também

demitir mais dois jornalistas. O inquérito tornou-se tão ridículo que para depor foi chamado o motorista que leva material de imprensa da sucursal para o estúdio da rádio. Além disso, outros dois jornalistas da rádio Itatiaia, onde a mesma nota do PC do B foi recebida e noticiada, estão respondendo ao inquérito.

Já os trabalhadores rurais de Minas, viram fora do ar seu programa dominical "Fetaemg no Campo", que há 10 anos era transmitido pela Rádio Inconfidência e recentemente estava denunciando as violências contra os trabalhadores do campo. A última denúncia importante feita pelo programa, antes da suspensão, se referia ao projeto japonês para a exploração de 60 milhões de hectares dos cerrados mineiros (JICA), em prejuízo do pequeno e médio produtor rural.

A Federal dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) recebeu da direção da emissora um simples ofício comunicando a suspensão do programa, sem que fosse apresentada qualquer justificativa para a medida. Por outro lado, funcionários da Rádio Inconfidência informaram que o programa teve fim "por ordem do próprio governador Francelino Pereira".

UNE tem nova diretoria

Perto de 400 mil estudantes dos 1 milhão e trezentos mil existentes em todo país escolheram, nos dias 12, 13 e 14 a nova diretoria de sua entidade nacional. Viração foi a chapa vitoriosa e agora Aldo Rebelo é o novo presidente da União Nacional dos Estudantes.

Por J. Nadai

N um ambiente muito diferente das eleições do ano passado os estudantes presentes na central apuradora em São Paulo não mostravam muita animação. Apenas um pequeno grupo de estudantes da tendência **Mãos à Obra** demonstrava a certeza da vitória da chapa **Viração** através de refrões singnificativos como: "Treta... Treta... Preta... com vocês é na corrente e picareta." Desta forma uma das tendências que compõe a chapa vitoriosa se referia aos seus principais concorrentes, constrangendo, inclusive, os próprios companheiros de chapa (tendência **Convenção**). Este fato pode já ser um indício de como serão as relações entre as duas tendências dentro da nova diretoria da UNE.

Por outro lado, apesar do número de votantes nesta eleição ter superado em cerca de 40 mil os votantes das eleições passadas este resultado pode ser considerado negativo pois, afinal, este ano o movimento se expandiu muito — já existindo uma entidade nacional — realizando uma greve nacional de três dias por mais verbas. Além disso, temos que levar em conta a qualidade da campanha: muito corrida, sem chegar a despertar um grande interesse em muitos lugares.

Tudo isto se explica, certamente, pelo extenuante calendário a que tem sido submetido o movimento. Há três meses que os estudantes vivem de eleições e congressos, com os debates em torno das alternativas do movimento substituído as lutas. Há uma clara redundância: aos congressos da UNE e das UEEs, que definem plataformas de luta, seguem-se as eleições onde estas mesmas questões são recolocadas. Isto prejudica, esvazia, os dois processos: o dos congressos e o das eleições.

Campanha milionária

Com os resultados das eleições, as cinco forças que se apresentaram podem ser divididas em três níveis: **Viração** e **Voz Ativa**, que saíram na frente, **Unidade** e **Nosso Tempo**, que tiveram uma votação intermediária, e **Mobilização Estudantil**, que ficou bem atrás. **Viração** (composição das tendências **Convenção**, identificada com o jornal **Tribuna Operária** e **Mãos à Obra**, identificada com o jornal **Hora do Povo**) (saiu sem dúvida reforçada. Além de ganhar a UNE (de cuja diretoria já participavam), ganhou as UEEs do Rio (da qual também já participavam) e de Pernambuco, além do DCE da Universidade Federal do Espírito Santo. Para isto, contou com boa organização e grandes recursos financeiros: foi a chapa que gastou mais. **Voz Ativa**, apesar de ter obtido uma boa votação, foi sem dúvida quem mais perdeu nas eleições: deixa de participar da diretoria da UNE, dos CDEs da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade Católica de Minas Gerais, e perdeu a UEE de Minas. Este resultado é tanto mais negativo quando se tem em conta que **Voz Ativa** jogou todos os seus esforços para ganhar as eleições da UNE, inclusive recusando-se a compor na UEE-MG, nos DCEs UCMG e UFES, para se concentrar na campanha da UNE.

Unidade, no plano das eleições da UNE, teve um bom resultado: fazendo pouca campanha, obteve um terceiro lugar. Mas sofreu golpes importantes no plano de outras eleições: deixou de participar da UJEE do Rio, e perdeu sua mais expressiva entidade: o DCE-USP.

Nosso Tempo teve um bom resultado. Na votação da UNE, ficou pouco atrás da Unidade; mas com alguns resultados muito importantes: expressivas vitórias em Minas, Maranhão e na Grande Porto Alegre e boas votações no Amazonas, Pernambuco, Espírito Santo e Mato Grosso. Esta chapa tem como principal debilidade (o que a impediu de disputar a vitória) o fato de não estar

implantada em muitos Estados, e de ter uma presença reduzida em São Paulo e Rio. Mas devemos assinalar que nestes Estados houve um certo crescimento das forças identificadas com o programa de **Nosso Tempo**: a chapa foi vencedora na Universidade Rural do Rio de Janeiro, com boa votação em outras escolas e, em São Paulo, além de algumas boas votações, uma chapa identificada com o programa venceu as eleições do Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da USP.

Finalmente, **Mobilização Estudantil**, se teve a menor votação a nível nacional, obteve dois resultados importantes: a vitória nas eleições dos DCEs da USP e da Universidade de Brasília.

Voz Ativa a grande derrota

O resultado geral é preocupante para os estudantes. Venceu as eleições da UNE a chapa mais identificada com o aparelhismo nas entidades, com o desrespeito às normas de democracia no movimento (que realizava manobras como filiação com pompa de seus membros ao PMDB, para depois tirar em reunião da diretoria da UNE

sem presença de todos os membros um "voto de louvor" aos diretores que haviam se filiado). Pior, vence uma chapa que se identifica com concepções imobilistas no movimento.

A grande responsável por isto, sem dúvida, foi **Voz Ativa**, que recusou sem justificativas cabíveis uma composição com a chapa **Nosso Tempo** e que vem tendendo, cada vez mais, a diluir suas posições, aproximando-as das posições de **Viração**. **Voz Ativa** não sai apenas como a grande derrotada: sai como responsável por suas perdas... e pelas perdas do movimento.

Mas diante deste quadro, há um caminho claro a seguir: a luta para unificar os estudantes que defendem posições mais combativas, em torno de um programa para a universidade e para o movimento estudantil. Estes estudantes são, sem dúvida, os que apoiam o PT (divididos entre as chapas **Voz Ativa**, **Nosso Tempo**, e **Mobilização**). Unificados estes estudantes (o que começa com a definição do programa do PT para a universidade e para o movimento estudantil), estará criado um polo capaz de constituir uma alternativa de superação dos impasses e do imobilismo no ME.

Os votos em cada estado

Unidade	Voz Ativa	Mobilização Estudantil	Nosso Tempo	Viração	Branco	Nulos	Total
R.G. do Sul*	3.692	8.327	2.192	6.297	7.167	*	*
S. Catarina	3.248	1.272	454	263	1.640	182	7.208
Paraná	1.911	7.022	821	472	12.693	551	24.541
S. Paulo*	8.013	30.296	12.257	2.524	27.221	4.591	87.882
Rio	16.313	14.942	1.952	1.953	17.510	1.497	55.976
Esp. Santo	526	1.314	265	1.259	1.400	221	5.235
Minas Gerais	2.693	13.772	1.900	22.034	5.899	607	47.461
Goiás	3.377	614	430	74	3.380	90	8.112
Brasília	2.268	3.627	1.128	523	1.787	680	10.232
M. Grosso	37	600	77	684	920	59	2.448
M.G. Sul	881	1.130	844	70	175	*	*
Bahia	875	5.556	545	330	6.232	473	15.015
Sergipe	222	2.004	96	21	402	239	3.098
Paraíba*	1.169	2.499	516	1.680	5.156	558	11.875
Pernambuco	2.632	946	1.481	3.999	11.721	1.558	23.077
Alagoas	34	48	63	160	5.755	54	6.226
Piauí	33	809	56	59	934	80	2.044
Pará	143	5.025	69	49	3.320	158	8.979
R.G. Norte	1.210	2.081	109	89	1.489	344	5.722
Acre	10	171	212	15	176	12	608
Maranhão	116	824	103	2.089	492	65	3.787
Ceará	187	5.855	401	90	5.714	244	12.747
Amazonas	457	91	59	987	1.481	63	3.226
Total	50.047	108.825	26.030	45.721	122.664	*12.326	*10.467 *398.274

* Dados incompletos até o fechamento desta edição.



Minas Nosso Tempo na cabeça



Em Minas, além de uma expressiva vitória nas eleições para a UNE (ver quadro), **Nosso Tempo** ganhou as eleições para a UEE por uma diferença um pouco maior (22.478 NT, 13.776 VA, 5.797 V, 2.423 U, 1.809 ME), conservou a direção do DCE-UCMG (agora sem a participação da **Voz Ativa**), ganhou até uma entidade, em Santo Rita do Sapucaí (com a chapa **Tem que ser agora**), que apoiou **Nosso Tempo**, onde **Viração** era considerada imbatível (diz-se que na escola eram vendidos 200 **Hora do Povo** por semana). Além disso, nas seis regiões em que pode ser dividido o Estado, **Nosso Tempo** ganhou em todas. Ganhou nas três maiores Universidades, inclusive a Federal de Juiz de Fora, recuperando-se de uma derrota recente nas eleições do DCE para **Viração**.

Esse resultado não é uma surpresa: em todos os congressos da UEE-MG, as propostas de **Nosso Tempo** têm sido majoritárias. Além disso, como explicou o presidente eleito da UEE, Américo Antunes:

"Houve três razões para a nossa vitória: termos sido oposição à atual gestão, marcada pela incapacidade de dar seguimento às lutas e pela ausência nas várias regiões do Estado; segundo, a maneira pela qual a chapa foi formada: saindo da tradição de eleições por sufrágio — quando os estudantes só têm acesso ao programa e aos nomes da chapa depois dela fechada — realizamos convenções em todas as regiões do Estado, com um processo de base; em terceiro lugar, desde a greve nacional dos três dias em setembro lutamos para que a entidade assumisse a continuidade desta luta, que se preparasse desde logo a greve nacional por tempo indeterminado para o caso de o MEC não atender nossas reivindicações".

Delfim volta com o pires vazio

Perigo: vem aí mais arrocho!

Chico de Oliveira, membro do CEBRAP, estudioso da economia brasileira e militante do PT analisa aqui a crise econômica do país, desvendando o que está por trás da chamada nova política econômica do Delfim: ele agora vai fazer política ao seu estilo: arrocho nos trabalhadores.

Por Flávio Andrade



— Como você vê o quadro econômico atual e suas perspectivas, em particular a anunciada reorientação da política econômica depois do giro de Delfim pelo exterior?

— Eu vejo como muito difícil a estratégia que está sendo montada para a retomada da expansão capitalista no país. Quanto à mudança anunciada por Delfim, eu creio que agora ele está falando o que realmente pensa. Antes, podemos dizer, ele aplicava uma política que não era a sua preferida, era compelido a ela. Agora, passou o pires e não rapou nada lá fora, e tem portanto os argumentos de que necessitava para mudar a política.

— Mas porque o Brasil não consegue hoje, no mercado internacional, obter os recursos financeiros de que necessita para desafogar seu endividamento?

— O caminho da busca dos recursos externos era o parto sem dor, que foi tentado mas não deu. Apesar da enorme liquidez atual do mercado internacional, os dólares não fluem como seria de se esperar. Trata-se aqui de um jogo complexo.

Delfim vai tentar repetir o seu milagre de 1967: uma concentração violenta

As pressões para que o Brasil recorra ao FMI permitem ver bem este problema. A pressão não é, fundamental, como muitos dizem, para que o FMI possa aplicar aqui uma política econômica neccionista; esta não é a questão no caso. Tampouco a pressão é para que o Brasil tome

dólares lá a fim de reciclar sua externa — pois o FMI hoje não dispõe dos recursos necessários para salvar os países endividados. Na verdade o que se passa por trás deste jogo são os Estados Unidos e a Europa Ocidental, o sistema financeiro internacional enfim, forçando a sustentação do dólar. Eles não podem permitir que os árabes com toda a liquidez de que dispõem, criem um sistema financeiro internacional paralelo ao seu.

A porta que resta: desnacionalizar o sistema bancário vendendo-o aos árabes

Portanto a dificuldade do Brasil em encontrar os dólares necessários à reciclagem de sua dívida está ligada à pressão que o sistema financeiro internacional, do qual o FMI é o centro, exerce no sentido de não deixar entrar em contacto direto de um lado a liquidez dos árabes e de outro os países devedores. O que o FMI pretende no caso agora do Brasil é, obrigando o país a recorrer a ele, ter controle da administração da dívida externa brasileira de forma a conduzi-la pelos canais e procedimentos ocidentais que preservem o sistema financeiro do dólar. Aí reside pois a dificuldade que a solução externa, indolor, tem encontrado.

— E a via de vender os grandes projetos, tipo Carajás, não poderia ser a solução do sistema para contornar estas dificuldades na obtenção de recursos financeiros?

— Estes grandes projetos de exportação não

são viáveis de serem adquiridos hoje pelos árabes. Numa fase futura em que eles já estejam implantados pode até ser. Por outro lado a indústria americana ou europeia do aço não vão investir tampouco num projeto do tipo Carajás, num momento como agora em que estão numa baixa geral.

— Mas qual é então a alternativa que se esboça por detrás da anunciada nova política econômica do Delfim?

— Na verdade, o que Delfim está tentando é repetir as linhas gerais da política econômica que ele levou a cabo em 1967, depois que Roberto Campos havia limpo o terreno. Ele não é trouxa, e nós também não, para sabermos que será somente à custa de um brutal diferencial na taxa de lucro que o capital internacional possa obter no país, é que se conseguirá atrair os recursos necessários ao equilíbrio das contas externas e à retomada da expansão. Mas para que a diferencial na taxa de lucro funcione, a máquina interna tem que começar a moer antes, o sistema tem que mostrar que está funcionando primeiro.

Para por em marcha este processo, Delfim terá que recorrer a mecanismos de concentração violentíssimos. E as medidas agora tomadas, juntamente com outras que já vinham operando — como a diferença para baixo entre os INPCs e as taxas de inflação — vão é neste sentido. E estamos prevenidos, por mais que o projeto de abertura política do regime possa ser contraditório com esta política, é certo que algum arrocho ainda dá para ser feito pelo sistema.

A verdade é que a coisa está muito mais para Joaquinão do que para Lula; e isto facilita a ação do governo.

Delfim, no entanto, joga também em outras frentes; tentará também por outros lados.

— Você tem em mente alguma medida de maior vulto que já estaria sendo ensaiada?

— Eu acredito que ele vá jogar na desnacionalização do sistema bancário brasileiro. Hoje, os árabes estão preocupados em investir nesta área. Compraram há pouco um banco americano e estão levando em frente esta política que eu falava anteriormente de criar um mercado de capitais próprio. Se o governo oferecer, eu acho que os árabes entram fácil no sistema bancário nacional. É claro que aí tem uma enorme briga com a burguesia financeira brasileira; mas este é o custo da saída possível para eles.

Trataria-se de, reforçando o esquema especulativo, atrair capitais imediatamente e em volume significativo. Ocorre que este esquema especulativo não é permanente, ele atrai mas não funciona por si só. É necessário então algum projeto que faça a passagem da esfera financeira para a esfera produtiva. E aí eu acho que entra o Proálcool com estes capitais e, a partir daí, reativar a indústria automobilística que novamente seria o carro chefe da expansão.

— Mas, volto a insistir, passar esta operação, para o plano produtivo, e mais, em tempo hábil, é uma política extremamente difícil que eu não vejo como viável. De todas as formas, me parece que esta é a política que está sendo tentada por Delfim.

— Você fala de dificuldades, mas a aparência é de verdadeiros obstáculos intransponíveis: arrocho salarial, mecanismos de concentração violentos, cortar a cabeça da burguesia financeira etc. Delfim seria ingênuo em acreditar em tanto, e neste momento de abertura?

— Em primeiro lugar é claro que este não é um projeto idealizado de forma acabada por alguém; ele tem muito de processo real que vai acontecendo e compondo um quadro. Veja bem pelo lado salarial ou sindical, por exemplo. Há tempos todos nós apostávamos no sindicalismo autêntico e a nova estratégia das negociações diretas. Mas o que se vê agora, é que o sindicalismo autêntico perde terreno. Hoje a coisa está muito mais para Joaquinão do que para Lula. O sindicalismo autêntico, é fato, não predominou. E surge como uma força até certo ponto inesperada um sindicalismo muito mais parecido com o americano onde o que vale é a máquina e não tanto a representatividade. Este sindicalismo, se bem que tenha que obter algumas concessões — ele não pode ser uma simples farsa sob pena de se ver desbordado pelas bases — por outro lado é um componente muito mais facilitador da política econômica mencionada anteriormente.

Pelo lado das burguesias, vai haver uma briga mesmo. O setor industrial hostiliza já sua irmã financeira — basta ver os recentes ataques de Hermírio de Moraes aos banqueiros.

É claro que toda esta estratégia, toda esta política econômica, é um jogo muito mais delicado, muito mais refinado — se é que pode dizê-lo — do que o estilo Delfim que veio junto com o AI-5 na época do milagre. E é por isso mesmo que ela é muito mais difícil.

— Passando agora para o outro lado. Como você vê o papel que as oposições vêm jogando e jogarão neste quadro?

— É necessário ter claro, antes de mais nada, que somente em parte é que a abertura vai dificultar a aplicação desta política econômica. Veja só o que já está ocorrendo junto com a correria para os governos estaduais. Eu acho que, na prática, este processo de abertura vai amolecer a oposição, a oposição vai moderar. Não que ela tenha interesses materiais, econômicos, a ganhar com isso. Mas tem interesses políticos que vão prevalecer, e isto acaba facilitando a operação.

Com a correria para os governos estaduais, as oposições vão amolecer no combate à política econômica.

A tragédia toda do PMDB, que é o maior partido da oposição — se é que não seria mais próprio falar de comédia — é que ele não é uma alternativa real de poder e assim os interesses puramente políticos ganham uma autonomia muito grande.

Do lado das oposições portanto, a esperança que fica é o PT, apesar de todas as dificuldades e tropeços que o partido vem enfrentando. Mas eu confesso que não estou em condições de fazer uma análise mais detida do papel e das possibilidades do PT em enfrentar esta política econômica.

Leia e assine EM TEMPO



Um jornal engajado na construção do PT

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque: por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 600,00 () Apoio: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 40,00 ()

Nome:
Endereço: Bairro:
Cidade: Estado: CEP:

SAIU O N.º 4
Cr\$ 100

perspectiva
mundial

NAS BOAS LIVRARIAS, NA SEDE OU NAS SUCURSAIS DO
"EM TEMPO"

“Esperança Operária” na cabeça

Lançada chapa de Oposição para as eleições no começo do ano ao Sindicato dos Metalúrgicos

O movimento metalúrgico paulista pode ter um grande impulso no ano que vem: para concorrer às eleições do Sindicato de Osasco, foi lançada a chapa 2 — Oposição — de nome “Esperança Operária”, que tem tudo para ganhar. A chapa é o resultado de difíceis negociações entre os grupos de oposição sindical (particularmente, o grupo do jornal “Marretão”, liderado por José Pedro da Silva e o grupo “Força Operária”) e o atual presidente do Sindicato, Henos Amorina.

A chapa formada, encabeçada por Zé Pedro, contém elementos de todas as partes envolvidas, além da presença da Pastoral Operária.

As possibilidades de consolidação da uma unidade começaram a se esboçar em meados deste ano, quando ficou público o racha na atual diretoria do Sindicato (vide entrevista com Henos Amorina), que praticamente isolou o presidente do Sindicato do restante da sua diretoria.

A partir daí, iniciou-se um árduo processo de discussão entre os metalúrgicos mais combativos, com o objetivo de consolidar uma unidade.

Ao final, chegou-se a um resultado quase ideal. A chapa conta com o apoio, mas não com a presença, de Henos Amorina; reúne os metalúrgicos mais reconhecidos e combativos da região, possui elementos em 18 fábricas da base de Osasco, e conta com o apoio do próprio Lula.

A divisão do controle da máquina sindical (o que garante ao menos um processo de eleições mais democrático) e a unidade das oposições, asseguram amplas condições para a vitória.

Por outro lado, a chapa 1, encabeçada por Antônio Toschi, não pode contido ser subestimada. É formada por elementos que tiveram acesso à máquina sindical sem projetos políticos claros, e que a utilizam amplamente para angariar apoio nas fábricas. Correm sempre notícias na



Zé Pedro: o presidente na chapa da Oposição

base de Osasco, sobre a existência de vínculos entre os elementos desta chapa e as CIPAs (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes) e os departamentos pessoais das grandes firmas.

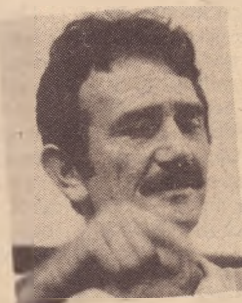
No entanto, os dois maiores aliados da chapa 1, estão em outro lugar. O primeiro deles, seguramente, é Luiz Eulálio Vidigal. Proprietário da Braseixos e da Cobrasma (as duas maiores fábricas da base de Osasco), seguramente não vai querer ter nas suas costas um sindicato combativo, particularmente agora, em que se encontra na presidência da FIESP.

O segundo deles, é a própria desorganização das oposições em Osasco. Pouco refeitas ainda do “racha”, elas criaram uma certa identificação na categoria, como sendo uma alternativa viável para dirigir o sindicato. Porém, sua representa-

tividade na base, por esse lado, não é tão expressiva, e será necessário um trabalho eleitoral bem organizado tanto para vencer a massa de pressões e de propaganda da chapa 1, quanto para retirar a parcela mais combativa da categoria da indiferença em que esta permanece.

Durante os três meses de campanha, 15 mil sindicalizados terão de ser sensibilizados, e mais de 400 fábricas deverão ser percorridas. Será necessário, diante disso, um apoio incondicional do PT e de todas as forças que se alinham contra o peleguismo para a sustentação política e financeira da campanha. A chapa 2 tem seu plantão permanente no Centro Social da Igreja Matriz de Osasco. Quem quiser ajudar de alguma forma, basta ir até lá, ou então vir ao jornal EM TEMPO, que já se engajou no apoio à chapa.

Henos Amorina:



“Porque estou com a Oposição”

A trajetória de Henos Amorina, 53 anos, budista, ex-soldador da Cobrasma, é um pouco singular no sindicalismo brasileiro. Há 9 anos como dirigente sindical em Osasco, sem contar o período 65/67 (em 67 foi derrotado por José Ibrahim), retira-se agora do sindicalismo, compondo uma chapa com grupos que sempre lhe fizeram oposição. EM TEMPO foi ouvir seus motivos:

— Qual a razão da divisão da diretoria do Sindicato?

— Não é propriamente uma divisão; é uma contra quase todos. O ponto fundamental é que eu considerei uma traição dos companheiros de diretoria, na minha ausência, quando viajei convidado pela OLP, formarem uma chapa, indicando um presidente à diretoria do Sindicato. Eu não tinha, já antes disso, a intenção de continuar, mas a gente tinha conversado com o pessoal da diretoria que, eu não concorrendo às eleições, pretendia coordenar a formação da chapa, escolhendo entre o pessoal, o candidato a presidente. Daí, eles começaram a me pressionar e eu falei que, no momento certo, indicaria. Quando voltei da viagem, já encontrei a coisa feita.

— Porquê eles tomaram esta atitude?

— Talvez, carreirismo. Eu nunca trabalhei com a base politicamente, visando meu interesse pessoal. Acho que a atitude deles é só para isso. Na minha última reeleição, inclusive, eu só concorra para que eu pudesse provar a todos que a pixação que eu recebi, não era verdadeira.

— Porquê você se aproximou da Oposição?

— É um troço muito estranho. Tenho a impressão de que eu sempre fui muito próximo a esse pessoal. A gente nunca teve um choque, a não ser nas eleições do Sindicato. A prova disso é que ninguém, trabalhador ou militante, pode me criticar por ter cerceado o direito de alguém se manifestar dentro do Sindicato. Essa, talvez, possa ser uma das divergências da diretoria comigo, por eu ser aberto e democrático. A Oposição sempre existiu aqui, numa convivência pacífica.

— O PT influenciou nessa aproximação?

— Não, porque, honestamente, eu não ligo partido político com sindicato. Cada um tem que ter sua vida, seu trabalho, mas nunca trazer as influências partidárias dentro do sindicato, nunca de fora pra dentro. Tanto é verdade que, na convenção do PT em Osasco, boa parte da Oposição foi derrotada. Eles não entraram na composição da gente.

— E o Lula, influenciou?

— Também não. A única coisa que o Lula falou a respeito dessa eleição sindical é que ele via com bons olhos essa chapa com a participação minha e do Zé Pedro.

— Porquê você não entrou na chapa?

— Um dos motivos que eu acho, apesar de estar há três mandatos no Sindicato, é que sou contra o continuísmo. Tanto é verdade que nas reeleições que eu tive aqui no Sindicato, eu nunca pleiteei cargo nenhum. Sempre dirigi o Sindicato, também, através de comissões e de grupos de trabalhadores. Agora, resolvi não concorrer mais, e estou com outro objetivo. Pretendo me dedicar mais à política municipal, porque Osasco é um município muito explorado, cheio de forasteiros e paraquedistas, principalmente nos períodos eleitorais. A gente pretende fazer um trabalho de conscientização política com os trabalhadores para maior participação, impulsionando reivindicações como condução, habitação, água, saneamento, e evitar que os trabalhadores continuem sendo massa de manobra na mão de políticos inescrupulosos.

— Através de um partido político?

— Claro que é, e esse partido tem que ser o Partido dos Trabalhadores, que a gente espera que até às próximas eleições esteja legalizado com uma grande participação da classe explorada.

Ceará

Uma intersindical diferente

Nesta semana que foi do 5 ao 9 de novembro, cerca de 100 delegados, representando 52 entidades sindicais (32 do meio rural) estiveram reunidos nos arredores de Fortaleza, em Mecejana, debatendo e deliberando sobre sua organização e suas lutas. O encontro contou com a presença, como convidados, de líderes sindicais de outras regiões, entre eles, Arnaldo Gonçalves dos metalúrgicos de Santos, Pedro Sampaio dos petroleiros também de Santos, Paulo Skromov dos Coureiros de São Paulo e o líder camponês e dirigente do PT Manoel da Conceição.

O centro da discussão e a deliberação mais importante, que dá bem o caráter do encontro, esteve na definição do tipo de organismo intersindical a ser criado no Estado. Por um lado, alguns poucos defendiam uma organização com base nas direções sindicais, argumentando que bem ou mal, somente as diretorias sindicais é que detêm alguma representatividade — com a única restrição, esclareciam, daquelas que são interventoras de primeiro mandato. Esta posição, em síntese, defendia o modelo “Unidade Sindical” como tem sido levado adiante já em várias regiões do país.

Mas a maioria não gostou da idéia; afinal alguns dos delegados que ali se encontravam não eram diretorias sindicais e tinham vindo ao encontro a partir, inclusive da recusa de suas direções em participar e fortalecer este tipo de organização intersindical. A grande maioria dos delegados propunha então uma forma diferente de organização que terminou sendo aprovada, por unanimidade, sob o nome de Frente Sindical dos Trabalhadores Urbanos e Rurais do Estado do Ceará.

A diferença está em que trata-se de uma concepção de unidade sindical em cima de um programa claro de luta pela independência e

Um expressivo encontro de sindicalistas acaba de criar a Frente Sindical dos Trabalhadores Urbanos e Rurais do Estado do Ceará.

autonomia sindicais, e de uma organização calcada na representatividade democrática das bases. Por exemplo, no plano organizativo, estabeleceu-se que todas as categorias sindicais serão convidadas a participar; mas no caso daquelas cujas direções se recusarem, a própria Frente tomará a iniciativa de, através de convocação de assembleias, patrocinar a escolha de delegados que integrarão a Frente em nome da categoria. Por outro lado, no plano político, a resolução aprovada não deixa dúvidas quanto ao caráter independente do movimento sindical que se pretende. (ver box)

A aprovação final da proposta por unanimidade reflete bem o grau avançado em que chegaram os debates; até mesmo os que propunham “Unidade Sindical” se abstiveram de votar ou votaram na proposta vitoriosa, sob a pressão do plenário.

Ao final, ficou eleita uma Comissão Executiva Provisória da Frente, composta de 11 membros, alguns dos quais em aberto, a serem preenchidos por delegados especialmente escolhidos para este fim a partir de plenárias regionais, dentro da idéia de uma direção subdividida por regiões do Estado.

Os cearenses pretendem agora levar a discussão sobre sua experiência a nível nacional, questionando assim o tipo de organização intersindical que tem predominado até agora em outros Estados.

Os trabalhadores e a luta democrática

A resolução política aprovada pela Frente ao final do encontro

1 Mobilizar os trabalhadores para uma ativa participação política visando mudar o atual regime e o governo do país, pois entendemos que a conquista de liberdade e autonomia sindicais, bem como de uma real democracia para os trabalhadores da cidade e do campo passam por uma mudança global da sociedade brasileira.

2 Lutar por uma Assembleia Nacional Constituinte soberana e democrática, cuja convocação seja precedida de: a) liberdade de manifestação, reunião e organização para todos os setores da sociedade; b) eletiva liberdade para expressão de todos os partidos e correntes políticas e sindicais; c) anistia ampla, geral e irrestrita que extinga todas as punições políticas e sindicais; d) livre e igual acesso aos meios de comunicação de massa (rádio, jornal e televisão), para

todos os partidos políticos e entidades sindicais; e) fim de toda legislação de exceção e arbitrio e desmantelamento dos organismos de repressão política e sindical; f) que nenhuma restrição pese sobre as decisões dessa Constituinte; g) que o governo que a convoque seja resultado e expressão do movimento e da luta dos trabalhadores da cidade e do campo e seja responsável perante essa Assembleia Constituinte.

3 Que desde já, todas as organizações da classe trabalhadora da cidade e do campo e as demais entidades e movimentos comprometidos com o movimento operário-popular e com a luta democrática, convoquem o povo trabalhador do Ceará para discutir, livre e democraticamente, seus problemas através de Assembleias Populares municipais, que devem ter o caráter de pré-constituintes.

RGS

Professores colocam Governo na parede

Surpreendendo pela força da greve, os mestres do Sul obrigam o governo a negociar

Da Sucursal

Ao tomar conhecimento da decisão dos professores gaúchos de paralisarem suas atividades até o atendimento de suas reivindicações, o Secretário da Educação, Leônidas Ribas, lançou um desafio: "Quando esta paralisação atingir 90%, poderemos pensar em negociar." E disse mais: "Esta greve não dura mais que três dias."

Já na terça-feira, segundo dia de paralisação, os professores respondiam ao primeiro desafio do Secretário Ribas, paralisando um total de 90% das escolas da capital e do interior. Quanto ao desafio da duração, os professores não apenas ultrapassaram o terceiro dia, como a greve entra na terceira semana com dados realmente estrondosos: 98% dos alunos do Estado sem aulas.

Faixas e cartazes, com dizeres alusivos ao porquê da paralisação, ou simplesmente com um singelo mas significativo, "Os professores agradecem o apoio da comunidade" foram distribuídas pela cidade, pelos bares, esquinas e praças. Dezenas e dezenas de supermercados receberam mosquitinhos — assinados pelos professores, com explicações sobre a paralisação e pedindo aos pais que não mandassem os filhos à escola — que os empacotadores, solidariamente, colocavam nas sacolas de compras. No interior, em mais de uma cidade, os professores fizeram uso das rádios locais, reforçando o pedido aos pais, ou então fazendo uma pressão bem-humorada sobre as direções que não os deixavam entrar nas escolas (em Caxias do Sul, por exemplo, os professores puseram os seguintes anúncios nas rádios: "Professores da Escola X, impedidos de entrar na mesma, solicitam que lhes seja permitido alugar a cancha de esportes". Após um ou dois dias, o delegado de educação da cidade reuniu os diretores, e solicitou que deixassem os professores permanecerem paralisados dentro das escolas).

De registro, ainda, a impressionante adesão de mais de duas centenas de técnicos e especialistas em Educação, lotadas nas quatro áreas educacionais de Porto Alegre, na Delegacia de Ensino e na própria Secretaria de Educação, a comovente adesão da professora Marília Azambuja, diretora do Tradicionalíssimo Instituto de Educação General Flores da Cunha, que havia sido eleita por lista triplíce após a greve do ano passado, e que aderiu à paralisação, colocando seu cargo à disposição, "em solidariedade aos colegas".

Pôde-se notar, além disso, em todas as escolas, a preocupação das pessoas em aproveitar a paralisação e, numa corrida contra o tempo, investir na sua organização.

E, a par das discussões com vistas à criação de grêmios ou centros de professores por escola, as regionais, nunca estimuladas pela diretoria do CPERS, começaram a se consolidar, num movimento em certa medida espontâneo, ativando discussões, debatendo propostas e mantendo a mobilização.

O papel de bufão de ópera cômica ficou para o governo nesta história. No primeiro dia de paralisação, ameaçou os professores grevistas com punições, mas não puniu. No segundo dia, ameaçou decretar recesso ou mesmo substituir os grevistas, mas também não pôde cumprir com suas ameaças. Desgastado, Amaral de Souza não conseguiu ninguém nem mesmo quando comprou um espaço de televisão (dizem as más línguas que a 30 mil cruzeiros o segundo!) e divulgou alguns dados falaciosos sobre a receita do Estado, lamuriando-se de que não tinha dinheiro para pagar os professores. Mas, dada a massividade do movimento paredista, foi forçado a reabrir as negociações, chamadas pelo CPERS e Comando, eufemisticamente, de "diálogo".

Assim, enquanto publicamente falava que só negociaria se os professores

voltassem às aulas, na verdade, a partir da 2ª semana, sucederam-se os encontros entre o Secretário da Fazenda, o da Educação, seus assessores, e o comando, assessorado também por um economista.

Embora o Secretário da Educação já tenha adiantado algumas conquistas de há muito pleiteadas pelos professores — eleição direta de direções de escolas; participação dos professores nas decisões técnico-pedagógicas; retirada da folha de pagamento da Secretaria de Educação dos aproximadamente 15 mil professores cedidos para outras secretarias e que oneram a folha, ao mesmo tempo que servem de argumento para os escassos aumentos concedidos anualmente — pairava uma grande dúvida acerca da proposta que seria apresentada na assembléia de terça-feira, como fruto do "diálogo". Tendo em vista a política de achatamento de salários, os professores correm o risco de ver liquidado o Plano de Carreira, (conquista do magistério público que o magistério particular há muito ambiciona conseguir), pois a proposta do governo parece continuar sendo a de dar um aumento maior para os níveis mais baixos, extinguindo assim a proporcionalidade de salário prevista por lei conforme o nível de escolaridade do professor. Outro risco era de que o aumento fosse parcelado, como já foi no ano passado, pois isso permite que a inflação corra o aumento antes mesmo dele ser recebido.

E foi o que ocorreu. Na última terça-feira a greve terminou, depois de uma longa e penosa assembléia manobrada pelo Comando e pelo CPERS, que durou das 14 até às 21 horas. No meio da assembléia o Comando se retirou para negociar com o governador e voltou com a absurda proposta de 100% de aumento, só que parcelados até agosto do próximo ano. E depois de várias manobras, o ex-dirigente do CPERS e atual presidente da CPB, Hermes Zanetti, acabou levando a assembléia a aprovar o acordo.

Metalúrgicos do Rio

Em defesa da verdade

Qualquer calúnia, por mais absurda que seja, acaba sempre fazendo o mal. Este parece ser o lema de campanha da chapa 4 que concorre esta semana as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Desesperada, as vésperas das eleições, esta chapa e seus apoiadores (Jornal Hora do Povo a frente) partiram para a difamação de Joaquim Arnaldo, militante da Pastoral Operária de Nova Iguaçu, dirigente nacional do PT, e candidato à presidência do Sindicato, acusando-o de "patrão disfarçado de operário" e de "apoiador do golpe de 64".

A campanha difamatória gerou logo a solidariedade de lideranças políticas, sindicais e religiosas (Lula, Benedito Cerqueira, Lisânea Maciel, Apolônio de Carvalho, Dom Hipólito, entre outros) que, em nota tornada pública afirmam "que a luta sindical supõe a unidade da classe em torno de seus objetivos e o uso de métodos verdadeiramente democráticos com base na verdade e na lealdade para com todos os companheiros, independente da divergência de opiniões". Iniciativa importante, diante dos métodos mafiosos que ameaçam se aiastrar no meio sindical brasileiro.

Médicos

Oposição desafia no Rio

Os pelegos de uniforme branco estão na berlinda no Rio de Janeiro.

O Movimento REME-MAIS (Renovação Médica-Movimento Autêntico Independente Sindical), chapa 2, pretende fazer diagnóstico da situação atual do movimento médico, ao mesmo tempo em que se apresenta como alternativa ao imobilismo da atual direção do Sindicato dos Médicos. Com a palavra, o pessoal do REME-MAIS:

— Qual a importância das eleições do SINMED do Rio para o movimento de oposição sindical?

A prática dos governos até hoje foi de antecipar as reivindicações da população para que esta não se organize. Nossa proposta é o contrário. O atrelamento sindical é importante para a manutenção do governo. E este processo de barganha é a prática da atual direção do Sindicato dos Médicos. A importância maior da eleição da chapa 2 é restituir à categoria médica uma organização e mobilização para que junto aos demais trabalhadores conquiste a autonomia sindical e o direito de greve, enfim, o sindicalismo autêntico.

— Quais as principais propostas contidas no programa do REME-MAIS, e o que o difere da chapa da situação?

— As questões essenciais estão centradas na organização da direção sindical bem como em sua vinculação com a categoria. O REME (situação) pretendia a mobilização de toda a categoria para a conquista de suas reivindicações; porém não se concretizou.

Esta situação se deu pela incapacidade da atual diretoria em encaminhar campanhas e incorporar os médicos na discussão de seus problemas. O CRM continua sob intervenção; as visitas hospitalares são aleatórias; não conseguiu ir para a frente a luta pelos delegados sindicais. Além destes fatos, a nível interno, o Sindicato se encontra desorganizado, em péssima situação financeira, ao mesmo tempo em que as reuniões gerais são esvaziadas, não contando sequer com a participação de boa parte da diretoria. Esta situação de imobilismo se agravou com o ingresso do presidente da entidade, Dr. João Carlos Serra, na direção estadual do PP liderado pelo governador Chagas Freitas.

O REME-MAIS quer todos os médicos intervindo no Sindicato e para isso propõe uma direção colegiada e um Conselho de Representantes. A nível da defesa profissional somos contra o empreguismo político, por concursos públicos, pela democratização dos hospitais.

A nossa proposição é de lutar contra a verticalização do poder na estrutura dos serviços hospitalares, permitindo desta forma uma participação efetiva de todos os médicos nas decisões sobre sua prática profissional e consequentemente nos rumos da política de saúde.

Quanto à intervenção em vigor no CRM propomos que 1981 seja o ano de luta pela reabertura do Conselho, luta que atualmente vem se dando apenas pela via jurídica. Queremos deixar claro que não excluimos este caminho; apenas ele não deve ser o prioritário.

Souza Cruz/B.H.

900 desempregados

A Multinacional Souza Cruz fecha sua fábrica de Belo Horizonte e põe 900 trabalhadores na rua.

A Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio informa que hoje, dia 31 de outubro, está desativada sua fábrica de Belo Horizonte. "É este papel lacônico que chega ao Sindicato dos trabalhadores do Fumo de Belo Horizonte, selando o destino de 600 fumageiros.

Na fábrica, o pessoal que chegou às 4:30 da manhã já não pôde entrar. E foram se acumulando diante dos portões os novos desempregados.

Depois de 3 meses de tensão — "vai fechar"; "é esta semana"; "vair ser hoje" — a reação dos fumageiros foi de alívio, frente a angústia de ver a Souza Cruz fechando aos poucos, vendo a direção da empresa negando e a fábrica fechando.

Só agora, começam a voltar ao sindicato alguns dos trezentos demitidos em julho e agosto. A sua situação é uma mostra do futuro dos outros 600 dispensados no fechamento definitivo. Há entre eles fuma-

geiros com mais de 20 anos de casa, que "aprenderam a trabalhar dentro da Souza Cruz". Sua qualificação hoje não lhes vale nada, já que não existe nenhuma outra empresa do fumo em Belo Horizonte. E muitos "já não estão em idade de arranjar emprego".

É o caso de se pensar que a Souza Cruz deve estar mesmo falida, para fechar assim uma fábrica inteira, dispensar novecentos empregados. Grande engano. Essa não é a história de um fechamento por falência, mas por "dinheiro sobrando". De acordo com o relatório da Diretoria, a empresa teve em 79, um lucro de quatro bilhões, trezentos e cinquenta e três milhões!

Na verdade, a história do desemprego destes 900 fumageiros começa com a doação pelo governo à Souza Cruz de um terreno enorme em Uberlândia (MG), onde ela construiu, à custa de isenções e incentivos fiscais a sua maior fábrica. De acordo com Nilton Borges, quando o projeto de Uberlândia estiver concluído,

sua produção cobrirá 50% do mercado geral da Souza Cruz, podendo significar também o fechamento de outras fábricas.

É preciso lembrar também que os fumageiros de Uberlândia têm um piso salarial de 2 mil cruzeiros abaixo que os de BH, não têm o nível nem a tradição de organização dos belorizontinos. E não houve nenhuma transferência de antigos trabalhadores para a nova fábrica.

No Sindicato dos Fumageiros de Belo Horizonte, o clima é melancólico. Foram três meses de tensão. A direção da empresa negociou até o último minuto sobre o fechamento, mas ele era evidente. Um documento foi entregue a inúmeras autoridades, com assinatura de 26 sindicatos, 2 federações e 2 confederações (os demais sindicatos do fumo não se manifestaram), exigindo que se impedisse o fechamento da Souza Cruz. Mas não há mais o que dizer: a Souza Cruz está fechada, 900 trabalhadores estão sem emprego e o Sindicato dos Fumageiros de Belo Horizonte vai fechar.

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.



Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.

Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção total ou parcial nos seguintes sindicatos: Metalúrgicos de São Bernardo e São João del-Rei, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.

Monlevade: a disputa da produtividade

Os patrões entre a greve e a devassa

Da Sucursal

A campanha salarial dos metalúrgicos da Usina Siderúrgica Belgo Mineira de João Monlevade terminou inesperadamente com uma vitória positiva para os trabalhadores. Quando tudo indicava que se havia chegado a um impasse, que a perícia para se apurar a produtividade da empresa já se iniciaria e que uma nova greve era iminente, a empresa reformulou sua oferta, chegando-se num acordo.

Foi conquistado um aumento em valores fixos para os diversos níveis do quadro de pessoal, que varia entre \$ 2.400 e \$ 2.700 cruzeiros, o que significa ganhos de produtividade entre 6 e 11%. Para o pessoal de nível de supervisão em diante, com salários acima de \$ 54.000, a produtividade foi fixada em 2%. Além disto foi garantido o aumento trimestral, como antecipação, equivalente à metade do INPC.

Se não é o acordo que muitos esperavam, em termos relativos foi um dos melhores deste ano.

É claro que nem a empresa nem o Tribunal estavam dispostos a isto, mas o pessoal foi à greve e a Justiça foi obrigada então a decretar uma perícia para apurar a produtividade. A greve foi suspensa, mas era exatamente isto que os trabalhadores queriam. A Belgo foi colocada sob dupla pressão: de um lado a possibilidade de uma nova greve a qualquer momento e de outro a realização de uma indesejada perícia, que teria de fazer uma verdadeira devassa na empresa e que poderia chegar a resultados que obrigasse a

Justiça a decretar um aumento que colocasse seus custos com salários inteiramente fora dos padrões do mercado. Foi esta dupla pressão que forçou a Belgo a elevar, na última hora, a sua oferta salarial.

A partir daí o dilema passou para os trabalhadores: aceitar os índices ou continuar forçando? Tudo indicava que a produtividade real apurada seria substancialmente maior, mas a decisão judicial, inclusive com a inevitável apelação ao Tribunal Superior do Trabalho, consumiria meses a fio com debates teóricos e jurídicos sobre a produtividade.

Só uma nova greve, desta vez por tempo indeterminado, poderia portanto ser a arma para garantir integralmente as conquistas. Mas seria uma greve prolongada e de desfecho imprevisível, não se afastando a hipótese da intervenção. Afinal Lula e Olivio Dutra já foram cassados e nada indica que as intenções do governo diante de João Paulo sejam diferentes...

Em João Monlevade este ano ficou demonstrado assim que as formas de pressão dos trabalhadores, podem ser muito variadas e que muito ainda há para se experimentar neste campo. Pode ter havido erros, pode ser até que o acordo tenha sido precipitado — não há como saber se a continuação teria sido mais vantajosa — mas lá, ficou demonstrado também, que numa campanha salarial é necessário saber selecionar os tipos de pressão a utilizar, saber como combiná-los, saber como lançar mão da greve, curta ou prolongada, no momento exato.

Os riscos bem calculados

João Paulo, o dirigente dos metalúrgicos fala da campanha



O importante desta campanha é que ela foi iniciada e levada o tempo todo junto com todo o pessoal. Tudo foi feito em conjunto. As reivindicações e todos os passos dados refletiam o interesse e as aspirações do pessoal. Nada foi tirado abstratamente pela diretoria do sindicato. Os riscos todos foram discutidos. Na greve, quando chegou a hora da decisão, a turma paralisou o trabalho sabendo que poderia voltar sem ter ainda qualquer decisão definitiva favorável à gente.

A gente sabia que estava fazendo um movimento em uma época diferente do ano passado. Naquela época havia o reflexo da vitória de São Bernardo, com a volta do Lula ao sindicato. O clima era diferente. Já neste ano, o que havia era o insucesso de São Bernardo no que toca ao aspecto econômico e a intervenção no sindicato. Por outro lado, havia o interesse do governo, comprovado através da repressão a todos os movimentos populares, de acabar com qualquer

movimento expressivo, tanto de sindicatos como de qualquer outra entidade. Começamos então a campanha sabendo que os passos tinham de ser bem medidos.

No desenvolvimento da campanha e das negociações com a empresa, a gente utilizou como forma de pressão a greve e os recursos que encontramos na própria legislação. Assim procuramos amparo no próprio TRT que deveria dar decisão baseada em dados concretos. Além disso, haveria a pressão causada pela mobilização permanente do pessoal. Durante toda a negociação a empresa sabia que o pessoal queria partir para nova paralisação. Muitos companheiros chegaram até a exigir do sindicato uma nova tomada de posição. Mas a gente ponderou que uma nova greve deveria vir no momento adequado. Mas uma nova greve não foi necessária, pois chegamos a um acordo que nos pareceu aceitável.

Chegamos ao final da campanha vendo a grande população de trabalhadores de João Monlevade tendo um aumento real de salário, principalmente o pessoal de nível operacional. Além do aumento, garantimos antecipações trimestrais. Estas antecipações não vão impedir a perda do poder aquisitivo ao longo do ano, mas vão reduzir esta perda. Acho que pouquíssimas categorias já conquistaram o reajuste trimestral. Outra coisa importante foi a conquista do delegado sindical com estabilidade, que conseguimos na campanha da Sobre-Metal.

Acho que esta foi uma campanha muito interessante e vamos nos reunir com o pessoal para fazer um balanço que depois vamos publicar. O que é bom observar em nossa campanha é que, este ano, greve com sucesso mesmo, sucesso do ponto de vista econômico e de outras conquistas, parece que a nossa foi a única."

ENTOES gaúcho avança no rumo do sindicalismo classista

Reunindo cerca de 150 pessoas, representando mais de 15 categorias, o recente encontro foi um sucesso, principalmente se comparado ao relativo desânimo frente à proposta do ENTOES depois do Encontro Nacional.

Por Raul Pont

Com o encontro do dia 9 de novembro, no Colégio Rosário em Porto Alegre, o movimento ENTOES/RS iniciou sua recuperação. A preparação e o próprio Encontro Nacional de setembro, devido a má organização e a ausência de propostas de continuidade, haviam desgastado bastante a imagem do movimento. No sul, inclusive, muitos apostavam que o Encontro não sairia. O movimento não alcançara o resultado esperado, a proposta era apenas de um Encontro Nacional este já cumprira sua função. Talvez o mais acertado, diziam, deveria ser a busca de novas formas de trabalho conjunto. As inter-sindicais, por exemplo, seriam uma saída mais ampla e abrangente para encaminhar a luta sindical.

Apesar disso, a comissão organizadora não desanimou. Lentamente foi preparando o encontro do dia 9. Para evitar os erros anteriores, foram estabelecidos critérios claros de participação. Uma pauta que circulou com bastante antecedência nas várias categorias, a convocação através de cartazes e boletins impressos, um painel, para abrir os trabalhos, sobre a conjuntura e o movimento sindical urbano e rural, foram outras medidas que garantiram o debate e o bom andamento dos trabalhos.

Principal debate

Evidentemente, o movimento dos trabalhadores em oposição à estrutura sindical ainda está longe de ter uma expressão garantida no sindicalismo gaúcho, mas os primeiros passos estão consolidados. Mais de 15 categorias profissionais estavam presentes no Encontro que reuniu, entre delegados e observadores, em torno de 150 pessoas.

A maior delegação era dos metalúrgicos. Dezoito delegados representando sindicatos e oposições sindicais de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul e Porto Alegre. Bancários e professores eram as outras categorias com maior presença no encontro.

Os pontos mais polêmicos do Encontro foram a caracterização do que é e quais os objetivos do ENTOES, e como dar continuidade ao movimento.

Alguns dos delegados da oposição sindical metalúrgica de Porto Alegre eram os mais críticos e céticos em relação ao ENTOES. Assentavam seus argumentos em que o ENTOES tendia ao paralelismo sindical e que o movimento não deveria criar nenhuma forma de articulação. O Encontro Nacional já ocorrera, fracassara e, portanto, deveria se restringir agora a encontros esporádicos e não aprovar nenhuma forma articulada a nível regional.

Essa posição foi largamente derrotada. A maioria esmagadora do Encontro defendia que o ENTOES não deve ser uma nova entidade: criticava igualmente qualquer paralelismo em qualquer nível: mas defendia que, mais do que nunca, é necessária a formação de uma corrente classista independente no movimento dos trabalhadores em geral, que lute contra a atual estrutura sindical atrelada e comprometida com o estado dos patrões.

Para a posição majoritária, tal corrente deve atuar "no interior de estrutura sindical vigente, buscando sempre a ação unitária da classe com base na luta pela independência política e organizativa, visando massificar e democratizar os sindicatos, promovendo a auto-organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho e rompendo com a dependência ao estado." A corrente ENTOES deve, para a posição majoritária, não só participar das inter-sindicais ou de outras formas de intervenção unitária como, principalmente, trabalhar pela formação dessa corrente classista a nível nacional, visando uma intervenção unitária e organizada na convocação de um Congresso das Classes Trabalhadoras e na luta pela formação da CUT.

Implantação do Entoes

Neste ponto foi aprovada uma plataforma de lutas que busque unificar o movimento em suas lutas cotidianas bem como formas de ampliar e fortalecer o movimento de oposição à estrutura sindical no estado.



Quando ao primeiro aspecto, foram aprovadas medidas imediatas como, todo o apoio à greve dos professores da rede pública, e um conjunto de lutas como o combate ao desemprego e pela redução da jornada de trabalho; por reajustes trimestrais; pelo pleno direito de greve; pela unificação das datas base e por um salário mínimo real unificado; pela devolução

dos sindicatos sob intervenção e reintegração dos dirigentes cassados e contra os atentados fascistas a dirigentes e militantes sindicais e a imprensa popular.

Para garantir a continuidade do movimento foi aprovado a formação de uma comissão coordenadora, composta de um representante por categoria, eleito em reunião da mesma com esse objetivo, com a função de: propagar e difundir o significado do movimento para os demais sindicatos e para todos os trabalhadores; promover atividades conjuntas como debates, simpósios e painéis sobre o sindicalismo brasileiro e a CUT; coordenar as convocações para tirar campanhas de lutas comuns das diversas categorias e servir de secretaria para troca de correspondências e experiências dos vários sindicatos e oposições sindicais.

Como participar do Conclat

Em um ponto, houve unanimidade na reunião do ENTOES gaúcho. Todos os presentes concordavam com a necessidade de lutar por um CONCLAT que tenha "caráter unitário, democrático e independente do estado".

As deliberações, inclusive, foram mais longe. Chegaram a ser aprovados os "critérios pelos quais devemos nos bater para a realização do CONCLAT": - amplo e democrático debate sobre o encaminhamento de um regimento do Congresso; - participação através de delegados eleitos em assembleias convocadas pelos sindicatos ou pela categoria quanto da recusa daqueles; - garantia de um período prévio ao Congresso para a circulação de teses e propostas a serem encaminhadas ao Congresso."

A nota a lamentar do Encontro foi a pouca participação dos sindicatos, mesmo daqueles considerados combativos e que apoiam o movimento. Apenas os sindicatos dos metalúrgicos de Novo Hamburgo; dos bancários dos jornalistas e dos farmacêuticos de Porto Alegre, e dos arquitetos do Rio Grande do Sul, estiveram presentes. As demais categorias estavam representadas por oposições sindicais ou observadores.

Greve do ABC: os trabalhadores saíram derrotados?

A apaixonadamente, às vezes, o debate em torno da greve do ABC tem se centrado em torno de um eixo principal: os trabalhadores saíram ou não derrotados do movimento que, em São Bernardo durou 41 dias? Num mesmo polo, com argumentos parecidos, alinham-se desde figuras como Osmar e Alemão (e, embora com matizes distintos, Wagner Alves) a Hércules Correia, do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Embora divergissem durante a greve (ao contrário dos três, Hércules e o PCB foram desde o início, adversários da greve), acabam concordando num sem número de pontos, ao fazerem o balanço.

Para eles, em resumo, houve uma superestimação da capacidade operária de resistir ao confronto com o Estado e os patrões, cujo poderio teria sido minimizado pelos trabalhadores, sobretudo por suas lideranças. Como se atreve a dizer Correia, os trabalhadores caíram numa armadilha engenhosamente montada pelo governo que pretendia — e conseguiu — precipitar um confronto e “quebrar o sindicato de São Bernardo”. Reclamam, ainda da falta de uma visão de conjunto, que buscasse alianças mais amplas e fugisse ao que classificam de economicismo, corporativismo e estreiteza política dos grevistas.

Lula e a maioria esmagadora dos ativistas estão do outro lado da trincheira, nesse debate. É certo, reconhecem, que em termos econômicos, nada foi obtido, como também é certo que, foi somente através de greves que os trabalhadores revogaram a antiga política salarial do governo e, mais certo ainda, é reflexo do ABC a série de aumentos significati-

vos obtidos pelas demais categorias, a partir de maio.

Não foi o ABC que rechaçou, por outro lado, o apoio dos demais sindicatos e forças políticas comprometidas com a democracia dizem Lula e seus companheiros: não são eles os responsáveis pela falta de apoio da maioria dos dirigentes que não só deixaram de cumprir tarefas mais simples de solidariedade — como angariar fundos — como não, mobilizaram suas bases, através da pressão organizadora. Não foi também o ABC o responsável pelo olímpico desprezo com que os partidos políticos — exceto um punhado de parlamentares que agiam a título pessoal — trataram a greve.

Escaldados de outras jornadas, Lula e seus companheiros sabiam que só deveriam atender à sua própria categoria, não fugir da luta que esta exigia, qualquer que fosse o resultado episódico que essa postura provocasse. Eles sabem que a perda temporária do sindicato (mas não da liderança e da autoridade que gozam juntos à categoria) é menos catastrófica que uma derrota sem luta traria aos trabalhadores (lembrem-se de 1964). Têm consciência que mais dia menos dia, o sindicato será retomado e a categoria exigirá nêle uma direção que já mostrou ser combativa, imune à vacilação. Uma direção que se baseie na força dos trabalhadores e não aceite sacrificar os seus interesses no altar dos acordos da conciliação com os patrões progressistas que assumiram a direção da FIESP, tão louvados por Correia e seus amigos — parte importante da “sociedade civil” dos sonhos do reformismo.

As críticas de Osmarzinho, Alemão e Wagner.



Osmarzinho e Alemão, dois conhecidos sindicalistas, integrantes do comando de greve, publicaram um documento analisando a greve. Equivocadamente ou, segundo Wagner Alves, outro membro do comando, por “oportunistismo”, teriam atribuído a este último a co-

autoridade na análise. Wagner divulgou então a sua versão. Abaixo, os principais argumentos de ambas as partes:

OSMAR/Alemão: - Os três erros básicos na condução da greve teriam sido: a) uma incorreta avaliação da correlação de forças; b) a crença corporativista na possibilidade de se conseguir dobrar o patronato no terreno puramente econômico; c) a divisão e progressivo esvaziamento do caráter de massas do movimento, cuja condução teria se pautado por um excesso de pacifismo.

WAGNER ALVES, por sua vez, afirma que a greve teria sido uma vitória sobre a tentativa desmobilizadora da política salarial do governo e da Federação Metalúrgica do Estado, além de desmoralizar as concepções que acreditavam que não era o momento de “agudizar tensões”. Aponta, contudo, a falta de uma “visão política ideológica clara do nosso papel dentro da sociedade brasileira e da própria condução do movimento”. Por isso, as lideranças teriam subestimado o poder do governo e do patronato, superestimado a força operária e não souberam evitar o isolamento político e sindical a que foram submetidos. Segundo Wagner, embora tenha havido o importante apoio material, não se obteve a fundamental mobilização dos metalúrgicos de outras bases territoriais e de outras categorias do movimento sindical. Afirma ainda que, para o futuro, a boa perspectiva é a articulação intersindical, no sentido de conseguir uma paralisação, ainda que de um dia, mas acionando dezenas de sindicatos, e não uma greve de categoria, por 100 dias.

Seis meses depois de terminada, a greve dos metalúrgicos do ABC continua na ordem do dia. Assentada a poeira, os debates ganham mais força, alinhando de um lado, os que acreditam que a categoria saiu irremediavelmente derrotada e, de outro, os que a encaram como um episódio importante na luta contra o regime e a estrutura sindical, que marcou um avanço na consciência política dos trabalhadores.



Emílio Krauss Filho



Osmarzinho e Alemão criticam o excesso de pacifismo na condução da greve. O que você acha disto?

Lula — Não gostaria de entrar a fundo nisso, porque aí a polémica é maior. Não tínhamos preparado a categoria para uma luta armada, mas para uma greve. Esses dois companheiros que lideraram a greve também, durante um determinado tempo, poderiam ter dado o encaminhamento que entendiam que devia ser dado. Não deram.

— Wagner afirma que a greve se isolou, política e sindicalmente, porque se acreditava ser possível dobrar os patrões apenas com uma greve de categoria, tecnicamente bem organizada. O que vocês fizeram, na realidade, para romper esse isolamento e qual foi a resposta prática dos demais sindicalistas, particularmente da Unidade Sindical?

— Essa análise é falsa. Quando se fala do isolamento de S. Bernardo, não percebem que por trás desse isolamento está a falta de coragem de outras pessoas pra brigar... No ano passado — e os companheiros que fizeram essas análises sabem disso — eu, como presidente do sindicato de S. Bernardo, fui a uma assembleia e propus a unidade com os 33 sindicatos da nossa federação e fizemos um pacto de unidade onde todos os sindicatos entrariam na luta a partir de 9 de março de 1979. Na “hora H”, só S. Bernardo saiu pra luta, decidindo a greve. Não queremos unidade pelo retrocesso, mas pelo avanço. Se a categoria em S.

Lula “Não queremos unidade pelo retrocesso, mas pelo avanço.”

O líder dos metalúrgicos de São Bernardo rebate as críticas feitas à condução da greve dos 41 dias, dizendo que deflagrá-la e mantê-la foi uma decisão dos trabalhadores, acima dos conchavos de cúpula. “Entre perder o sindicato e ficar com a categoria, preferi a segunda alternativa”, afirma Luiz Inácio da Silva.

Por Régis Moraes

Bernardo estava mais preparada e mais avançada pra luta, não podíamos retroceder, tínhamos que avançar as outras até nós. E não diria isso nem a nível de categorias, mas a nível dos próprios dirigentes sindicais! Contra essas análises do isolamento, estão as imagens que ficaram nos jornais, TV, nas assembleias. Como presidente do sindicato, eu voltaria a fazer essa luta. É lógico que procuramos tirar as lições dos acertos, retificar os erros. O que se esquece, frequentemente, é que numa luta você nunca sabe exatamente como ela vai ser se você não for pro combate. Imagine você um boxeador que só entrasse no ringue quando tivesse absoluta certeza de vitória. Sempre adiaria a luta.

— Hércules Correia afirma que os grevistas avaliaram mal a situação política nacional, caindo numa armadilha, já que os patrões e o governo queriam a radicalização para poder quebrar São Bernardo...

— Acho muito difícil julgar a análise de uma pessoa que não participou do processo de greve, apenas ficou como crítico. A minha participação na greve é diferente. Enquanto algumas pessoas ficaram encasteladas, apenas tentando dizer o que estava certo e errado, nós estávamos efetivamente fazendo a greve. Essa história de dizer que nós entramos nessa armadilha, mostra que as pessoas se esquecem que fazer o que a classe trabalhadora quer que faça, é pura e simplesmente respeitar o que a maioria decide, coisa que foi prática nossa, aqui em S. Bernardo. Nós seríamos quebrados se fôssemos pra greve, como fomos, do ponto de

vista de perder o sindicato, como seríamos quebrados se tivéssemos fugido do pau naquele momento, ficaríamos quebrados pela categoria. Minha escolha foi simples: entre ficar com o sindicato e ficar mal com a categoria e, por outro lado, perder o sindicato e ficar com a categoria, acreditando que tinha gente disposta a levar a luta dela até as últimas consequências, eu preferi a segunda alternativa, que pra mim é a mais decente. Nunca fiz política do conchavo e do acerto. Se os companheiros do PCB fazem isso, talvez seja por isso que se encontram hoje da forma como se encontram, apenas na base do conchavo. Nossa política foi clara. Se você for à porta das fábricas, você não encontra o trabalhador arrependido. Você encontra o trabalhador disposto a lutar muito mais.

— Hércules Correia e alguns outros afirmam que a greve deveria ter acabado depois do julgamento do TRT. O que você acha disto?

— As pressões do comandante do II Exército, do Muriilo Macedo, dizendo que os trabalhadores são baderneiros, que estavam errados em ir pra greve, convenceram alguns companheiros do PCB. No fundo, na análise dele, todo mundo errou, só estava certo o governo. Quem sabe o processo de convencimento que o Celio Borja impôs a eles (Lula se refere às negociações secretas mantidas por Hércules Correia com o parlamentar governista), fez com que eles chegassem a essa triste conclusão: a Igreja errou, o sindicato errou, os trabalhadores erraram ao reivindicar. Correto era o que o governo queria. E nisso principal erro teria sido, para esses companheiros, não termos ouvido o PCB.

Hércules Correia: Quem tinha razão era o pelego Argeu, que aceitou o acordo.



Em seu livro, “O ABC da Greve”, o dirigente comunista Hércules Correia condena o “voluntarismo” e a “falta de realismo político” dos metalúrgicos do ABC, sobretudo de suas direções. Para ele, esses erros condenaram o movimento à derrota.

Hércules Correia, ex-líder sindical e dirigente do PCB, inicia sua análise da greve afirmando que a política dos patrões e do governo era, nesse momento, “retrógrado e o modelo econômico selvagem”. Para isso, tentaria desmoralizar a greve, evitando que ela excitasse outras categorias. Para isso, segundo o autor, o governo teria estimulado a radicalização já existente numa parcela da massa trabalhadora, principalmente na sua liderança. Os comunistas isto é, o PCB, sempre teriam dito isso, mas não eram levados a sério. Quem compreendeu isso, mediu a correlação de forças e, como “sindicalista reformista”, segundo Hércules Correia, aceitou o acordo, foi Argeu dos Santos, da Federação dos Metalúrgicos. Os dirigentes da greve, porém, com um radicalismo inconsequente, criaram, sem o saber, as condições para que as orientações governamentais e patronais se tornassem vitoriosas, conduzindo a massa para a derrota.

zadas dos diferentes setores da sociedade civil” para forçar os patrões a negociar, se, desde o início, segundo ele, para os patrões o melhor seria a radicalização e não negociar absolutamente, visando quebrar a espinha de São Bernardo? Ou será que a pressão para “negociar” não seria feita sobre os patrões, mas sobre os sindicatos?

Além disso, o autor afirma que os comunistas (isto é, os euro-comunistas) teriam sido ambíguos, diante do esquerdismo inconsequente que reinava entre as lideranças. Ele diz: “as colocações que fizemos foram cautelosas e só podiam ser compreendidas pelos dirigentes da greve, pois a estes elas foram dirigidas, e não aos grevistas. E esse foi nosso erro do princípio ao fim”. Qual o erro: ter uma política só acessível a dirigentes? Ou foi o de não falar diretamente às massas? Porque não tinham eles essa possibilidade? Ou, se tinham, porque não o fizeram? Por que esses dirigentes, com toda sua inconsequência, inabilidade e burrice, são ouvidos pela massa, mesmo depois da derrota? E por que os seus atuais críticos, com toda sua ciência, não são? Será porque a burguesia, conhecendo a “burrice” desses dirigentes grevistas, estaria utilizando-os como fantoches? Essa hipótese não é descartada por quem, como o autor, insinua que a ação política da Igreja, na greve, e do PT (“um partido social-democrata radical, não anticapitalista”) seriam estimulados por agentes do

“A categoria é quem guiou a direção”.

Cerca de 50 trabalhadores que participaram ativamente da greve, fizeram uma avaliação do movimento, publicada no Caderno do Trabalhador nº 1°. Para os sindicalistas de base, entre erros e acertos, a greve trouxe consigo a “consciência de que luta não é só com a Volks, Bardella, mas contra todo o sistema capitalista”.

Uma consciência tremenda: “quando se fala agora do fim da greve, dos frutos que conseguimos com a greve, temos que encerrar com honestidade que nós, economicamente, não recebemos nada. Eu acredito que isso está na cabeça de cada trabalhador que encontramos e que diz ‘me ferrei, fui mandado embora sem direitos, mas estou preparado pra outra’. Existe hoje uma consciência tremenda entre os trabalhadores daqui”.

O Estado a serviço dos patrões: “foi uma briga que fugiu aos padrões normais de uma luta sindical, que deveria ser só econômica. Isso porque o Estado se colocou inteiramente a serviço dos patrões, como um instrumento dos patrões, para acabar com a greve. Jogou a polícia, jogou as leis, jogou as prisões. No final, nós estávamos lutando em duas frentes: contra o Estado e sua polícia, de um lado; e contra os patrões que já estavam muito bem organizados e preparados.”

O trabalho nas fábricas: “as empresas que deram maior trabalho pra gente foram aquelas que não tinham trabalho sindical lá dentro. Onde

não tinha um trabalho de organização anterior, não tinha diretor dentro da empresa ou não tinha um sindicalista trabalhando, essas fábricas efetivamente não pararam”.

Comissão de salários: “A comissão de salários foi muito importante para a organização. Desta vez ela funcionou desde o início e continua funcionando depois da greve, como uma organização do movimento, já com uma estrutura em que as pessoas que vão lá devem dar seus esforços”.

Trabalho nos bairros: “Depois da intervenção, o trabalho começou a ter muito peso dentro do bairro. Na medida em que o trabalhador não pôde se reunir em grandes concentrações. E a gente viu que tinha que fazer despontar no bairro a própria organização. Porque numa briga dessas, quem tá mais organizado aguenta mais. Os patrões tavam bem organizados e tinham o Estado a seu favor. O que a gente tinha que fazer era responder com um alto grau de organização. Porque consciência eu acho que não era problema”.

Derrotar o governo: “A ditadura dentro das fábricas tem aumentado muito. E a gente sabe que

isso aí acontece porque o patrão tem um amigo importante que é o governo. E sabe agora que não vai conseguir derrotar o patrão se não conseguir derrotar esse governo também”.

Importância da greve: “A greve foi uma escola que serviu para que todos tivessem a seguinte visão: se a gente não tomar o destino da gente na nossa mão, ninguém vai conseguir nada pra gente”.

Categoria x direção: “... E essa consciência aumentou com as lutas que foram orientadas por uma diretoria sindical autêntica, que soube captar nos momentos certos o estado de espírito da classe. Eu diria que ela foi até muito mais guiada pela classe do que guiou a classe”.

As greves aumentaram os salários: “Acho que quando se fala de 1978 para cá, que a gente não teve vitórias, que só a vitória política não resolve nada, a gente tem que analisar o seguinte, que a média salarial da categoria é maior devido às greves. Sem as greves, a gente não teria conseguido essa média salarial que temos hoje”.

“Vote em João Ferrador”

Mesmo antes de começarem a ser apurados os votos para a Comissão de Representantes da Volks no dia 19, os funcionários da empresa já tinham certeza: o candidato mais votado seria João Ferrador, o bonequinho símbolo dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Ele foi escolhido pela diretoria cassada do Sindicato dos Metalúrgicos para expressar o protesto dos trabalhadores da Volks contra a Comissão que foi imposta pela empresa, numa tentativa de esvaziar o Sindicato. Na sexta-feira, dia 14, em vésperas das eleições que começariam dia 17, a ex-diretoria em peso compareceu aos portões da Volks para distribuir 30 mil exemplares do jornal informativo dos metalúrgicos. Nesse jornal, a ex-diretoria do Sindicato enumerou alguns dos motivos pelos quais os funcionários da empresa deveriam anular o voto: 1) a empresa não consultou os funcionários para criar a tal Comissão de Representantes, integrada por 17 pessoas; 2) A Comissão é uma tentativa de criação de um sindicato paralelo; 3) A Comissão não tem nada a ver com a figura dos delegados sindicais, reivindicada pelos trabalhadores nas últimas campanhas salariais; 4) a Comissão tem o objetivo de fazer com que os funcionários colaborem com a empresa em vez de contestar suas decisões.

Tanto é assim que a própria Volks forneceu todo o material para a campanha e concedeu 20 horas livres a cada um dos 170 candidatos para fazerem a sua campanha. E a propaganda dos candidatos, colocada em cartazes nas paredes da empresa não poderia ser mais lamentável: uma alienação total. Um dos candidatos não hesitou em copiar o slogan do PT para puxar o saco da empresa: “Volkswagen, a nossa força e a nossa voz”. Outro, de apelido Mafra, pedia aos traba-



Pesquisa

A Volkswagen se esmerou em fornecer vários números sobre a eleição. No primeiro dia teriam votado até o final da tarde cerca de 17 mil funcionários e no segundo dia, 28 mil para um total de 34.867 eleitores. Cerca de 600 funcionários foram designados para acompanhar o pleito, (só de fiscais havia 165).

No entanto, o gerente de RI e presidente da Comissão Eleitoral, Domicio dos Santos Júnior negou a possibilidade de uma ex-diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos fiscalizar as apurações, bem como a DRT. Domicio afirmou que o sistema de representação dos trabalhadores é interno e não deve ser conferido por agentes externos (referindo-se à diretoria cassada).

O próprio Domicio admitiu, inicialmente, uma abstenção de 50 por cento, mas em geral os trabalhadores preferiram participar e anular o voto. Os próprios funcionários chegaram a fazer algumas pesquisas na boca da urna e recolherem em algumas alas uma porcentagem de mais de 90 por cento de votos para João Ferrador.

Apesar disso, como o Sistema não prevê quorum mínimo, os candidatos serão eleitos de qualquer forma, embora venham a receber meia dúzia de votos. O que, segundo o presidente da Comissão Eleitoral, não vai tirar a representatividade da Comissão.

Os eleitos (que tomarão posse no dia 19 de dezembro) terão todas as facilidades para atuar, informou o gerente de RI. Inclusive uma sala especial, se assim o desejarem e 50 horas livres.

Levando-se em conta o repúdio da categoria à tal Comissão dos 17 sem dúvida — dizem os trabalhadores — é muito mel pra pouca abelha. (V.A.).

70 anos depois

Rio de Janeiro - 22 de novembro

A Revolta

Por Mário José Maestri Filho

Na esquadra, as contradições do país chegavam a verdadeiro paradoxo. Ela, que tinha sido o último reduto dos monarquistas nas forças armadas republicanas, possuía ainda oficialidade impregnada de profundos ranços aristocráticos. Estritas exigências de “raça” e “estirpe” faziam que seus oficiais fossem cooptados, quase exclusivamente, no seio da classe dos grandes proprietários. Muitos tinham sido, há poucos anos, senhores-de-escravos.

Os marinheiros, “as praças de pré”, ao contrário, provinham dos extratos mais populares. As duras condições de vida do marujo de guerra, a má alimentação, os baixos salários, o tratamento aviltante, tudo, tornava a profissão quase um castigo. Nas tripulações da Armada, o voluntário era quase inexistente. Era-se marinheiro, forçado, a contragosto. O arrolamento era feito, tradicionalmente, por “sorteio”. Como os jovens ricos, de famílias influentes ou com relações, nunca eram os “escolhidos”, todo o peso do serviço naval recaía sobre a “ralé”. As escolas de sub-oficiais não aceitavam, também, homens de cor. Nesse contexto, diante de uma oficialidade com pretensões aristocráticas, tínhamos uma “maruja” composta quase exclusivamente de homens negros.

Para estes negros marinheiros a Abolição tinha sido mera palavra. Não tinham direito de casar-se; não podiam dar baixa antes de 15 anos de serviço. Mais grave, estavam sujeitos a toda sorte de castigos físicos. A chibata, efetivamente, tinha sido abolida da Marinha no segundo dia da República. Mas, sob a pressão da oficialidade desgostosa, tinha sido reintroduzida por decreto que cria, em 1890, a “Companhia Correccional”. Neste, delimita-se, para faltas graves, 25 chicoteadas; deixava-se, porém, ao “arbitrio do comandante” castigos mais pesados.

Os marinheiros, “as praças de pré” provinham dos extratos mais populares. As escolas de sub-oficiais não aceitavam, também, homens de cor. Neste contexto tínhamos uma maruja composta quase exclusivamente de homens negros.

Francisco Chagas Lima — marinheiro do Tamarandé — teria recebido 700 chibatadas; Antônio Vicente Traipú — “caboclo cearense” — teria sido condenado a 900 golpes e surrado até a morte.

A chibata não era o único castigo servil da Armada. Tínhamos a palmatória, com seus diversos “bolos”; a “gunilha”, táboa onde o marinheiro era preso pelo pescoço, as solitárias, etc. Estes castigos negreiros destoavam mais e mais com o fim da escravidão, com o surgimento das modernas classes trabalhadoras e a difusão mais sistemática das idéias sociais no Brasil. Entram, porém, em flagrante choque com a realidade, quando da modernização da Armada.

A marinha de guerra brasileira nos primeiros anos da República, tratava-se de verdadeiro amontoado heterogêneo de naves anacrônicas. Na era dos grandes encouraçados, nossa Armada tinha ainda quilhas de madeira! Estes navios, de baixíssima efetividade militar, exigiam reduzidos conhecimentos técnico-científicos. Com os bons ventos financeiros da primeira década do século, decide-se impressionante modernização da esquadra, la-se dar bom trabalho aos estaleiros britânicos; algo assim como o atual “Acordo Atômico”. Vota-se a compra de três encouraçados, três cruzadores-encouraçados, seis caça-torpedeiros, seis torpedeiros, seis torpedeiros menores, três submarinos e um navio carvoeiros,

A noite mostrava-se agradável. O recém empossado presidente Hermes da Fonseca, ao lado da melhor sociedade carioca, participava de homenagem ao seu irmão no Clube da Tijuca. De repente, cortando os ruídos mundanos da recepção, escuta-se disparo de artilharia. E, logo, mais um. O presidente é informado que os marinheiros da esquadra brasileira, fundeada na Baía da Guanabara, acabam de se insurgir. Estarrecidos, políticos e governantes da República vão tomando consciência da situação. Uma das melhores marinhas de guerra da época apontava seus canhões para a velha cidade; em suas miras, negros marinheiros. Era o 22 de novembro de 1910 e iniciava-se a insurreição dos marinheiros que Edmar Morel tão bem historiou em sua “A Revolta da Chibata”.



João Cândido lê, no Diário Oficial, o decreto da anistia.

Este pedido sobre algumas modificações.

Parte da marujada da antiga armada viaja à Inglaterra para ser adestrada no funcionamento destas modernas máquinas. Tornam-se e disto darão provas — exímios mecânicos, eletricitas, foguistas, etc. Na Inglaterra terão a possibilidade de ombrear e conviver com um dos mais educados e combativos proletariados de então e com marinheiros de todo o mundo. Entre estes “aprendizes” encontra-se João Cândido, gaúcho de Encruzilhada, o futuro “Almirante Negro”.

Nestes disciplinados e capacitados marujos, os oficiais teimam em não ver senão os descendentes de seus ex-escravos. Técnicos precisos de uma das

mais modernas marinhas, o marujo negro era tratado como escravo de plantação. Mas, como entre os escravos de plantação, entre a “maruja” republicana também se acenderá intenso espírito de indignação. Os escravos do Império, aplastados pelas duras jornadas da produção, embrutecidos por um labor animalizante, só tinham em suas mãos, para resistir, os instrumentos de trabalho. Seus descendentes, étnicos ou sociais, eram, porém, técnicos modernos, agrupados em navios exigindo elevadas tripulações. Lustravam, guarneciam, dirigiam e descansavam suas cabeças sob as mais mortíferas armas navais de então. Era só estender a mão ...

Nos marujos, os oficiais teimam em não ver senão os descendentes de seus ex-escravos. Esses descendentes, étnicos ou sociais, eram, porém, técnicos modernos. Lustravam, guarneciam, dirigiam e descansavam suas cabeças sobre as mais mortíferas armas de então. Era só estender a mão.

Não temos informações precisas sobre a organização clandestina que precedeu a rebelião. Sabemos que havia revolta geral contra a situação reinante e que, por diversas vezes, os marinheiros tinham encaminhado pedidos e súplicas ao governo e aos oficiais, solicitando tratamento mais digno. Uma proclamação quando da revolta, nos informa: “Na Marinha Brasileira de há tempo já andávamos prevenidos para demonstrar que na Marinha atual não eram precisos a chibata e nem os castigos violentos ... basta ... dar um golpe de vista pelas contínuas reclamações que sempre temos feito implorando aos comandantes, ao ministério e, enfim, até às redações dos jornais. Chegamos a rogar-vos que acabasse com esses castigos bárbaros ...”

Os marinheiros tinham preparado verdadeira operação diplomática para reivindicar o fim da chibata. João Cândido conseguira — caso único — uma audiência pessoal com o presidente Nilo Peçanha. Um quadro pintado a carvão do presidente e a ele mostrado quando de sua visita ao encouraçado **Minas Gerais**, foi motivo para a entrevista. Nela, João Cândido, que havia “mandado” executar a obra, entrega o retrato ao presidente e suplica o fim da chibata. Se mostra, já então, uma espécie de representante dos marinheiros do **Minas**.

Fracassadas estas pacíficas e vãs tentativas, os marujos da Esquadra começam a compreender que só de uma posição de força fariam escutar suas vozes. Segundo João Cândido, a revolta começara a ser preparada nos estaleiros da Inglaterra: o Comitê Geral que dirigirá a insurreição estará constituído por Francisco Dias Martins e Ricardo Freitas, do **Bahia**; João Cândido do **Minas Gerais**; Gregório do Nascimento do São Paulo e André Avelino do **Deodoro**.

Tristemente temos pouquíssimas informações sobre os passos dos revoltosos. Não sabemos, por exemplo, se a conspiração tinha articulações junto aos barcos menores da Armada ou se ficou restrita, inicialmente, aos “grandes”. Os encoura-

de 1910 - a insurreição dos marinheiros

da Chibata

çados Minas Gerais e São Paulo, dois "dreadnought", eram de longe as mais potentes belonaves da marinha de guerra brasileira. O certo é que a Armada, como um todo, vivia profundo espírito revolucionário, o que deve ter facilitado a preparação, a eclosão e o alastrar-se da revolta.

A intranquilidade tomara conta, efetivamente, de todas as "praças de pré" da Armada. Quando das festas do primeiro centenário da independência do Chile, o Brasil envia àquele país três belonaves: o Bahia, o Tamoio e o Timbiras. Esta viagem deu-se já sob profunda rebeldia. Só no Bahia, nos quatro três de navegação, registraram-se 911 faltas disciplinares graves, sendo que vários marinheiros foram açoitados.

Esta viagem ao Chile nos permite aquilatar o espírito revolucionário entre os marujos. Quando da ida ao país andino, coloca-se uma carta sob a porta do camarote do Comandante do Bahia: "Venho por meio destas linhas pedir não maltratar a guarnição deste navio, que tanto se esforça para trazê-lo limpo. Aqui ninguém é salteador, nem ladrão. Desejamos Paz e Amor. Ninguém é escravo de oficiais e chega de chibata. Cuidado!". Assinava o "Mão Negra", prontamente identificado como sendo o marinheiro Francisco Dias Martins.

Chegando a 24 de outubro ao Rio de Janeiro, estes navios puderam participar das articulações iniciais. Os pequenos barcos, possivelmente, não estavam em conhecimento do "complô"; o grito de revolta teria se espalhado rapidamente devido ao espírito de indignação geral. A própria facilidade de marcar e desmarcar a data da insurreição e sua não filtração, nos reforçam a suposição de uma articulação limitada aos grandes navios.

O fato é que o Comitê Geral, não vendo prosperar as reivindicações dos marinheiros, prepara a insurreição. O Minas será o "pivô". O dia escolhido será o 15 de novembro. Bom dia. Festeja-se a República. República que açoitava seus filhos. É também o dia da posse do novo presidente. Espera-se vontade de pronta solução para o peditório. Nesta data, porém, cai forte temporal que cansa a marujada; muitos marinheiros estavam, também, em terra. Marca-se, então, a noite do 24 para o 25. Um novo fato, porém, precipita os acontecimentos. Na madrugada do 16, o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes é retalhado com 250 chibatadas diante a tripulação formada do Minas Gerais.

A tripulação, dentes cerrados, sente nas próprias costas cada golpe que Marcelino recebe; o surdo grito de indignação que percorre a "maruja" do Minas Gerais decide o Comitê Geral. Será no 22. O sinal: o toque de recolher das 22 horas. Como dirá João Cândido, anos mais tarde: "Naquela noite o clarim não pediria silêncio e sim combate".

O Minas tinha oito chibateadores; muito trabalho deveria haver ... um deles costumava mergulhar uma corda na água, atravessando-a de pequenas agulhas e deixava-a que inchasse. Só as pontilhas de ferro apareciam. Com isto chibateava os marinheiros.

Marcelino chibateado

Verdadeira teatralidade cercava a aplicação do suplício; tudo era planejado para golpear o corpo e a alma. Um oficial da Marinha, 40 anos mais tarde, descreve o "cerimonial". "Ao toque de mostra geral executado por toda a banda de corneteiros e tambores, formava a guarnição sem uniforme de cerimônia, com os oficiais e suboficiais em 2º uniforme, enluvados e armados de suas espadas; aparecia o Comandante, ao toque de sentido e comando eram-lhe feitas as continências devidas. Mandava ele ler o regulamento da Companhia Correccional, no que tocava ao castigo da chibata, e o livro de castigo onde estava descrito a falta cometida pela praça ... Feito isto, em meio ao mais respeitoso e absoluto silêncio

(sic!), falava sobre o valor e a necessidade da disciplina ... Finda a oração, o comandante mandava o médico examinar o faltoso e, se dado como em condições de receber o castigo, ordenava a um ou dos guardiães que o executassem ..."

O Minas tinha oito chibateadores; muito trabalho deveria haver ... Um deles — verdadeiro mestre na tortura — costumava mergulhar uma corda na água, atravessava-a de pequenas agulhas e deixava que inchasse. Só as pontinhas de ferro apareciam. Com isto chibateava os marinheiros.

Estoura a rebelião. João Cândido assume o comando portando um lenço vermelho no pescoço. Ao raiar do dia as bandeiras vermelhas tremulam nos mastros da Armada mostrando a extensão da revolta.

Na alba do 16, como praxe, a tripulação é formada. Frente ao alçó: Marcelino Rodrigues Menezes. O comandante Capitão-de-Mar-e-Guerra Baptista das Neves, tido como grande chibateador, fez a oração e pronunciou o castigo. Segundo Edmar Morel, 250 chibatadas; Otávio Brandão registra 385. O suplício começa a receber os golpes, desmaia. O castigo recomeça logo após. Mais tarde um oficial da própria Marinha descreverá os resultados: Marcelino parecia-se a "uma tainha lenhada para ser salgada". Estava escrito, porém, que Marcelino entraria para a história como o último marinheiro oficialmente chibateado na Armada; que o Comandante Baptista das Neves não viveria mais uma nova alvorada.

A insurreição estoura no Minas no horário acordado. A organização era perfeita. Os oficiais foram presos em seus camarotes; os canhões protegidos por guarnições de cinco marinheiros. O comandante Baptista das Neves e outros oficiais, são mortos em combate quando resistiam. João Cândido, em seu humilde e surrado uniforme de marujo, assume o comando do encouraçado; porta um lenço vermelho ao pescoço. As 22h50, quando o barco está sob completo controle, manda disparar tiro de canhão "para chamar à fala os navios comprometidos". Imediatamente respondem o São Paulo e o Bahia, o Deodoro tarda um pouco a pronunciar-se.

Na posse dos principais navios, os marinheiros navegam pela baía insurreccionando as outras embarcações. Aproximam-se delas, dominam-as com seus imponentes canhões, falam das reivindicações, mandam desembarcar os oficiais. Que assumo o comando o marinheiro mais velho. Mais tarde, parte das tripulações sublevadas são concentradas em terra. Ao raiar do dia, as bandeiras vermelhas tremulam nos mastros da Armada falando da extensão da rebelião. Pouquíssimos navios, fora a esquadilha de contratorpedeiros, mantinham-se fiéis à oficialidade.

A absoluta incapacidade do Estado Maior da Marinha de enfrentar militarmente a insurreição definirá rapidamente o caminho a seguir. De uma posição inicial de intransigência, o governo passa imediatamente ao diálogo. Um deputado gaúcho, o comandante da marinha José Carlos de Carvalho, oficial reformado, é enviado a dialogar com os rebeldes. A bordo do Minas e do São Paulo, tomará, oficialmente, conhecimento das reivindicações, já anunciadas por rádio: exige-se melhores salários, o fim da chibata e dos castigos físicos, anistia para todos os rebeldes. O comandante Carlos de Carvalho falará aos deputados e senadores, mais tarde, da ordem, disciplina e decisão dos rebeldes.

Um projeto de anistia é, então, apresentado: Rui Barbosa, na oposição, defende a imprescindibilidade da medida. Não havia outra solução. Fala contra a chibata e o governo. Esquece que ele mesmo, anos antes, no governo, participara diretamente da reinstauração dos castigos físicos



No desembarque dos revoltosos, a expressão de vitória na face de João Cândido.

da Armada. Pinheiro Machado, senador pelo Rio Grande do Sul e homem forte do regime, é também contra a chibata. Só teme que a anistia votada sob as miras dos canhões atente contra o "princípio da ordem". Nestes momentos chega telegrama anunciando — falsamente — que os marinheiros depunham as armas confiantes no Congresso. Havia sido "encomendado" pelo comandante Carlos de Carvalho a fim de resguardar os "pudores" da Casa Legislativa.

Apesar da indignação de grande parte da oficialidade, no dia 25 de novembro os marinheiros estavam anistiados. Passara-se quatro dias desde o início da rebelião. Combinara-se o aumento dos salários e o fim dos castigos físicos. Durante todo este tempo os marinheiros tinham manobrado com alta mestria os complexos navios militares, mantido o controle militar absoluto da baía, entrado e saído dela ao bel-prazer. Tinham neutralizado todas as tentativas de resistência armada. No total, 2.630 homens tinham ficado "fiéis" à Armada; 2.379 tinham participado da rebelião. Parte dos "legalistas", sem reais possibilidades de incorporar-se a ela, assistiam a rebelião desejando-lhe bom sucesso.

Na manhã do 26, os navios rebeldes começam a entrar na baía vindos do alto mar, na mais perfeita ordem. O oficial que apresenta-se para tomar das mãos de João Cândido a direção do Minas Gerais, encontra a "maruja" formada, em ordem, o navio limpo e intacto. Depois de receber forte aperto de mão de João Cândido, vêeste entrar em forma e retirar do pescoço seu lenço vermelho. Pela exclusiva vontade dos marinheiros, estava finda a revolta.

A apressada entrega da Armada não contentará parte dos marinheiros. Teme-se o desrespeito à anistia; o não cumprimento dos acordos. Em manifesto, o marinheiro José Alves de Souza, um dos dirigentes do Deodoro, fala do desgosto da tripulação deste navio com o "chefe" João Cândido por ter "arrastado" aos outros navios a aceitarem a proposta governamental. Esta preocupação se mostrará profética. Recém finda a revolta, governo e oficialidade começam a preparar traiçoeiro ataque aos anistiados. Abre-se, assim, uma das páginas mais trágicas de nossa história.

As reivindicações dos revoltosos: melhores salários, o fim da chibata e dos castigos físicos, anistia para todos os rebeldes.

Nos dias seguintes ao fim da insurreição, agita-se a oficialidade, preparando a repressão aos marinheiros; nos jornais bradam contra a anistia e a "desonra" da Armada. As missas pelos oficiais mortos em combate são oportunidade para agitação contra os ex-rebeldes. A 28 de novembro, dois dias depois de finda a revolta, o governo trai sua palavra. Decreta a possibilidade de dar baixa, por exclusão, dos marinheiros que bem prouver. O laço começa a cerrar-se sobre os ex-revoltosos. João Cândido tenta inutilmente reunir o Comitê. Alguns estão em terra, outros embarcados. A 4 de dezembro inicia-se a repressão: 22 marujos, acusados de conspiração, são presos na Ilha das Cobras.

A situação torna-se insustentável. Os oficiais permanecem armados a bordo dos navios; os contratorpedeiros em prontidão. Os atos de provocação são contínuos. A artilharia dos

navios é desativada. O exército prepara a invasão dos barcos. Temos poucas informações sobre a desesperada tentativa de resistência dos marinheiros; sabemos, somente, que a intranquilidade abatera-se sobre eles e que encontravam-se sem direção. A nove de dezembro ocorre confusa tentativa de rebelião no cruzador Rio Grande do Sul. A revolta não prospera e alguns marinheiros abandonam o navio. Um oficial é morto. Mais tarde, insurge-se o Batalhão Naval na Ilha das Cobras.

O destino de João Cândido é estarrecedor. Preso em uma masmorra da Ilha das Cobras com outros 18 companheiros quase sufocará devido as dimensões da prisão e o calor. Mas ele resiste. Morre octagenário, em 1970, depois de trabalhar até os 80 anos na estiva do mercado.

A Ilha, isolada do resto dos marinheiros, sem o apoio dos chefes da revolta, será bombardeada pelo exército e pela Armada. Este movimento, reduzido, defensivo, talvez até mesmo resultado de uma provocação, será o sinal para repressão geral. João Cândido, que no Minas não adere ao levante do Batalhão Naval apesar de os oficiais terem abandonado o navio em suas mãos, será preso junto com outros líderes do movimento. Os maltratos que sofre são indescrevíveis. Em torno a dois mil marinheiros, quase a totalidade dos revoltosos, serão expulsos da Marinha. Era necessário apagar na Esquadra a recordação dos dias em que simples marinheiros comandaram uma Armada.

O destino de João Cândido é estarrecedor. Preso em uma masmorra da Ilha das Cobras com 18 outros companheiros, quase sufocará devido as dimensões da prisão e o calor. Isto, porém, não bastava. Tinham votado sua morte. Joga-se, então, baldes de água e cal na cela. A água evapora-se, a cal invade os pulmões dos presos. Grita-se, geme-se, sufoca-se. Na verdade, arrebeta-se. Quando a porta da prisão é aberta, só dois sobrevivem. Má sorte: João Cândido resiste. A morte só levará este gigante de nossa história, muitos anos depois, em 1970. Morre octagenário, depois de trabalhar até os 80 anos na estiva do mercado.

Tão sinistro como o massacre da Ilha das Cobras foi o caso do navio Satalite. O barco, com 250 marinheiros e centenas de prisioneiros de direito comum ou político, sai a 25 de dezembro do Rio de Janeiro para a Amazônia. Nesta viagem são fuzilados e lançados ao mar diversos marinheiros. Chegados ao destino, o comandante Carlos Brandão entrega o que restava da "carga" à ávidos seringueiros. Não lhe bastava o epíteto de assassino, conquistara o de negreiro.

Socialmente asilados, sem vínculos com o movimento popular que dava seus primeiros passos, confiantes nas promessas governamentais, os marinheiros tinham sido derrotados. Poucos deles permanecerão na Marinha. Muitos morrem fuzilados ou nas prisões. A revolta não tinha, porém, sido em vão. Um ou outro oficial revanchista chicoteará, ainda, alguns marinheiros. As sevícias estavam, porém, abolidas para sempre. Os marujos tinham provado força e dignidade. Impunham respeito.

15 de novembro: o alegre protesto pelas eleições E a meninada toda se assanhou, prá ver a banda passar...

Uma caravana de protesto contra o adiamento das eleições. caminhão na frente, vários carros atrás, serpenteando pelos arredores de São Paulô.

Por Virginia Pinheiro

Sábado, meio dia. Feriado nacional. Sol alto em céu aberto, gostoso, porque não está tão quente feito outros sóis de meio-dia. Nos arredores de São Paulo, moradores preguiçosos "fazem uma horinha" enquanto esperam o almoço-sem-pressa do feriado (na calçada conversando com os vizinhos, na janela olhando a rua, fazendo pequenos reparos nas fachadas das casas, batendo papo e tomando um mézinho nos bares e padarias).

De repente, uma serpente enorme e barulhenta vez subindo a rua. A cabeça é um caminhão cheio de faixas e alto-falantes e o corpo, um monte de carros enfileirados e enfeitados, buzinando e distribuindo panfletinhos aos moradores surpresos.

— Toma lá, companheiro. Hoje você devia votar, mas o PDS e o governo não deixaram. Temos aqui prá denunciar isso. Somos do PT e do PMDB.

O panfletinho explica melhor: "Por que o governo não quer eleições? O governo tem medo do voto do povo! Por que? Quando vota, o povo pode trocar os maus governantes", etc.

A voz no alto-falante explica também: "O Figueiredo é um mau governante e ninguém votou nele. Ele foi prá lá na força bruta. No governo de São Paulo está assentado um trombadinha-assaltante que se chama Paulo Salim Maluf e que também não foi eleito".

Alguns moradores entendem logo. "É isso mesmo!" Muitos levantam o polegar com as mãos fechadas (gesto que o Roberto Carlos introduziu no Brasil prá indicar "barra limpa"), dizendo que estão de acordo. Outros fazem perguntas: "Que barulheira é essa? Algum time de futebol?" "Mas pegam o panfleto com simpatia. A "barulheira" era um acontecimento no bairro sem lazer, e seria motivo de comentários com a família, com os vizinhos, na igreja, nos bares.

A serpente vai logo embora. O trajeto tem mais de 100 kms pela frente. Iboá da Serra, Embu, Itapeirica da Serra e bairros de São Paulo limitrofes com esses municípios. Nos locais de maior concentração ela pára e faz um pequeno comício onde fala um do PT, um do PMDB e alguém do próprio bairro que topa falar.

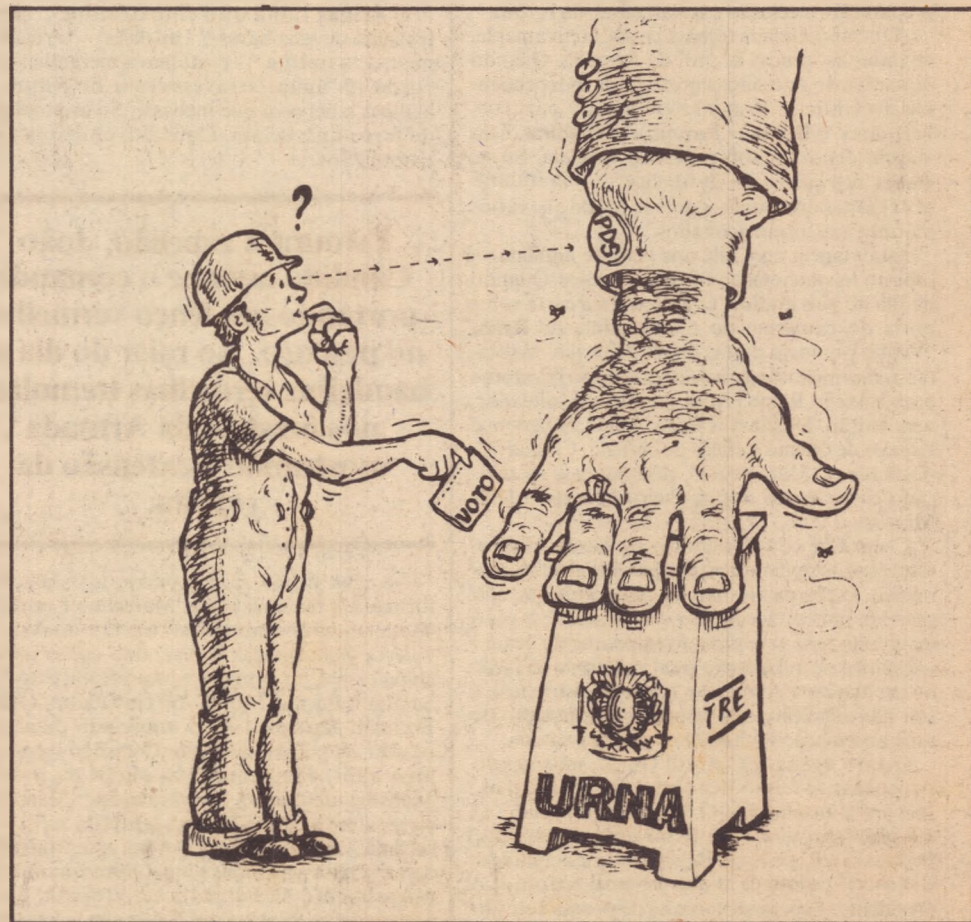
A meninada na rua fica empolgada. Aquilo é uma verdadeira festa e eles vão contar prá

professoras. Eles não se contentam com um panfletinho só. Querem levar muitos, para provar pros que não estavam lá que aquilo tinha acontecido mesmo, que eles não estavam inventando coisas!

De repente, um pequeno acidente. O velho folks de um morador dá uma batida no caminhão e amassa um pouco. O chofer do caminhão explica pro outro, que está bravo, o que é a caravana. Que azar! Trombar logo na política, uma coisa que nem era necessária estar ali! Uma rápida coleta de dinheiro entre os caravaneiros resolve o problema e o proprietário vai embora, talvez para nunca mais votar, mas com o panfletinho na mão.

A caravana segue serpenteando. No Embu, um morador meio-bêbado, pede prá falar no microfone e começa dizendo que é candidato pelo PDS. Segue um pequeno tumulto. "PDS aqui não fala. Somos todos contra o PDS." O cara vai embora sem entender direito. A caravana se mistura ali com a enorme quantidade de turistas que passeiam e fazem compras. Tem até estrangeiros. Um italiano com cara de bobo pede à cicerone que diga à caravana que vai levar o panfleto para a Itália. A maioria dos turistas faz cara de indiferença ou de desagrado. Uns poucos apoiam. Um policial fica impassível. Recusa-se, com medo, a pegar um panfleto nas mãos. Ele está de serviço. Um caravaneiro explica que ler não é crime. Ele fecha a cara.

Pam, pam, pam ... pam, pam! As buzinas agora, cortam a tarde em Itapeirica e tomam conta de uma pequena praça triangular. Ao contrário dos bairros populares, os moradores locais vêem logo que se trata de uma manifestação política. A praça é ponto final de vários ônibus e tem um trânsito grande. Nenhum motorista reclama da dificuldade de tráfego que a caravana cria. Todos pegam os panfletinhos sem demonstrar desagrado. Um folks vermelho e preto da PM começa a circular na praça. Os dois PMs não estão com cara de briga. Apenas não querem ter trabalho num feriado! Avisam educadamente que vão ter de multar todos os carros que estão parados em local proibido. Os caravaneiros lembram que os policiais também estão sendo contemplados na caravana que exige melhores salários e eles ficam lá, com cara cúmplice, enquanto a serpente parte pela estrada Itapeirica-Santo Amaro.



Na altura do Jardim São José, a caravana abandona a estrada e envereda bairro adentro. Na estrada, os que vinham vindo em sentido contrário — dois ônibus cheios e vários carros — esperam com simpatia a serpente passar para não interrompê-la ao meio.

— Quem morreu?, pergunta um carro que não entende bem o cortejo.

— As eleições de 15 de novembro, responde o carinha que distribui os panfletos na fila de carros parados. Os dois riem.

No São José está havendo uma festa na Igreja. Ela vira um pequeno comício. A moradora que pega o microfone pede o apoio dos nossos partidos para a luta difícil que eles estão travando por melhores condições de moradia. A serpente vai embora pelas ruas esburacadas do bairro que precisa urgente de água, luz, esgoto, asfalto. Ninguém por lá suporta o Maluf.

No Jardim Silva Sampaio, a caravana sobe

melhor as ladeiras de terra fofa porque a Associação dos Moradores de lá conseguiu cascalhar as subidas. Um morador faz um comentário picante, ao ver "tantos carros".

— Partido dos Trabalhadores, né? Ele tem razão. O visual da caravana é ali, num bairro tão pobre, um pouco agressivo, em plena época de economia de combustível. Ele não conhece os integrantes e se deixa levar pelas aparências. O caminhão é muito mais simpático.

No fundamental, a estória se repete. O barulho da serpente, é um acontecimento que tem a simpatia da população.

No fim da tarde, a caravana exausta, pára num comício de encerramento onde umas 200 pessoas aplaudem os discursos e saúdam a iniciativa. Naquela região, o 15 de novembro não passou em brancas nuvens. E, pelo menos, aconteceu diferente: não estávamos lá pedindo voto, mas queríamos eleição. E a população também.



“O quilo do feijão está pela hora da morte!”

O berro do PT, no dia do protesto, numa feira-livre na Vila Madalena, em São Paulo.

Por Tom Duarte

O quilo do feijão está pela hora da morte: a carne nem se fala, a conta de luz vem cada vez mais alta. Você acha que o governo tem feito alguma coisa para impedir a alta dos preços? perguntava a primeira questão apresentada pelo formulário confeccionado pelo PT para o dia 15 de novembro. E, sem dúvida, nenhum lugar seria mais apropriado para formulá-la que uma feira-livre, com as donas de casa e seus maridos empurrando carrinhos cada vez mais caros e mais vazios. E foi justamente a feira do bairro, que os núcleos do PT da Vila Madalena e Pinheiros, em São Paulo, com a colaboração do núcleo de jornalistas, escolheu, no dia 15 de novembro, para marcar a passagem do dia nacional de protesto contra o adiamento das eleições.

Sem dúvida, devido ao feriado, a feira do bairro típico de classe média baixa estava um pouco esvaziada, com relação aos outros dias. Mas, nem por isso, a pregação petista deixou de contar com a maior recepti-

vidade, traduzida nos olhares de simpatias e palavras de apoio das pessoas que recebiam os questionários distribuídos por quase 50 militantes dos três núcleos e a atenção com que ouviam as palavras incansavelmente ditas pelo pessoal do megafone que subia e descia os quase dois quilômetros de barracas, a despeito do sol inclemente e tórrido.

Uma boa resposta, igualmente, foi o número de pessoas que resolveram "votar", simbolicamente, naquele dia: mais de 300 questionários foram depositados nas duas urnas estrategicamente colocadas nas extremidades da feira. Homens e mulheres, gente nova e velhos, eles se detinham em frente às urnas, manifestando seu desejo de votar e exercer um direito — como tantos outros — que lhe é negado por Figueiredo e sua turma. Não faltou quem se lembrasse de votar nos candidatos do "partido do antigo Getúlio Vargas", como o crioulo alto e forte, mobília escassa na boca, que inclusive acabou deixando seu endereço — "desde que não me com-

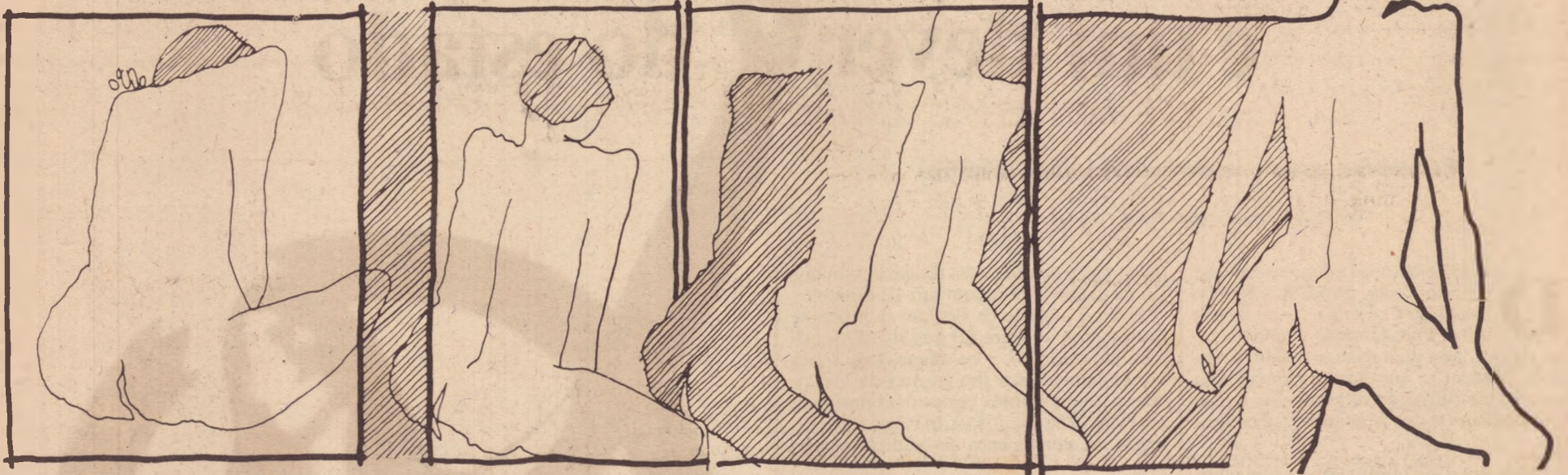
prometa", pra futuros contatos com o Partido dos Trabalhadores.

Não faltou a colaboração dos próprios feirantes apreensivos a principio, mas que logo relaxavam quando os oradores petistas afirmavam que a responsabilidade pelos preços altos não era deles: além de incentivar a passagem dos petistas, alguns deles prestavam pequenos favores, como emprestar um caixote para colocar as "cédulas", por exemplo.

Mais tarde que o habitual, as "eleições" terminaram como é devido: aos goles de cerveja, estupidamente gelada, temperados com uma pinguinha da boa, tomada no bar "Snack", ponto de encontro do pessoal da Vila. Pelo menos ali, a proibição de ingerir-se bebidas alcoólicas, que costumava vigorar nos raros dias de eleições admitidas pelo governo, não tinha nenhuma validade. E para quê, já que o risco de contusão mas seria era nenhum? Afinal, como mostraram os votos, todo mundo na Vila não está contra o governo e querendo ver os Malufs e Figueiredos pelas costas?

Campinas - III Semana da Mulher.

A matéria prima da opressão: nosso corpo



Este ano, um tema, algumas vezes esquecido por ser considerado menos político, chamou a atenção nos debates: O Corpo.

Por Thais de Souza e Maria Teresa Verardo

A III Semana da Mulher realizada em Campinas de 11 a 14 de novembro veio dar continuidade ao debate das questões da mulher iniciado dois anos atrás dentro da UNICAMP, procurando criar um espaço de reflexão, teorização e militância feminista.

Nesta semana foram discutidos diversos temas como a violência contra a mulher, aborto, planejamento familiar e contracepção. E um tema algumas vezes esquecido por ser considerado menos político: O Corpo. No entanto, sabemos que essa discussão é muito importante para a compreensão da opressão da mulher. Sobre o assunto, falamos as mulheres do Coletivo Feminista de Campinas.

Um texto distribuído pelo Coletivo dava uma geral no tema:

"Falar sobre o corpo da mulher nesta III Semana significa para nós refletir sobre o nosso corpo, conhecê-lo além da sua anatomia. Significa procurar compreender o como e o porquê da repressão, do domínio e do controle que sofre o corpo da mulher por ser um corpo de mulher.

Sim, porque nosso corpo não é oprimido como um corpo qualquer, mas por ser isso: um corpo que menstrua, que amamenta, que é "frágil", que tem cabeça mas não pensa. Corpo que não tem desejo mas que o desperta. A diferença no corpo é motivo para que se construa toda uma teoria sobre a inferioridade feminina: assim se justifica a opressão, cuja matéria prima é, afinal, o corpo da mulher.

Mas, refletir sobre o nosso corpo não se reduz a isso. É também descobri-lo de corpo inteiro, conquistar o

direito de decidir sobre ele, como sendo nosso. Para nós, as mulheres, esse é um dos caminhos da busca de uma identidade feminina. A busca do corpo como um todo harmônico. A superação dos conflitos entre pedaços de corpo que somos: sexo, cabeça, ventre. Ou momentos e movimentos do nosso corpo: menstruação, maternidade, prazer.

Infelizmente, pensar sobre nosso corpo nos levou a um temário trágico: violência, aborto, controle da natalidade, proibição ao prazer e um corpo entendido apenas como reprodutor.

Nosso corpo é controlado pelo Estado, pela Igreja, pelo Marido, por nossos Pais e Irmãos. Todos se arrogam o direito de decidir quando devemos transar, ter filhos, deixar de tê-los, abortar ou sentir prazer.

No entanto, o direito de dispor do próprio corpo inscreve-se no quadro mais primário dos direitos humanos. Dispor do corpo, ter o direito de ir e vir sem autorização do marido e sentir prazer sem medo, abortar sem ser presa, em condições médicas boas. É o direito à gravidez com todas as garantias da lei e ao controle da concepção da maneira que escolhemos.

Queremos andar a qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer lugar sem que sejamos ameaçadas de estupro. Queremos poder deixar de amar o homem com quem vivemos sem que sejamos mortas.

Para nós, a III Semana da mulher, ao denunciar e discutir essa realidade de violência não poderia ficar só na denúncia e constatação. É preciso romper o círculo, falar também de experiências em que o corpo é sujeito do prazer, falar das coisas boas do nosso corpo, exorcizar essas coisas boas (a relação sexual, a maternidade) do medo que lhes é peculiar.

Queremos contribuir para que a luta das mulheres, e para que as mulheres na luta, se conquistem a si mesmas. Gostem de ser mulher, sejam corajosas diante da realidade que enfrentam. Nesse caminho, o direito de dispor do próprio corpo é para a mulher a conquista de si mesma, de sua identidade como mulher, de corpo inteiro. É negar a separação absurda entre as partes de seu corpo e afirmá-lo, para o pensar, para a maternidade, para o prazer como um todo harmonioso, capaz de decidir sobre si mesmo."

Sobre os objetivos mais gerais da semana, duas militantes do Coletivo falam ao **EM TEMPO**:

— **Quais os objetivos da III Semana da Mulher em Campinas?**

— **Heloisa:** A Semana da Mulher foi em parte elaborada a partir das discussões do Congresso de Valinhos. Não procuramos fechar questões mas permitir a discussão ampla das questões da mulher com a participação de pessoas que discutem o assunto hoje. Foi a primeira vez que a Semana da mulher tratou de temas mais específicos, tentando aprofundar questões como violência contra a mulher, o prazer com o corpo e o planejamento familiar.

— **Bíbia:** O temário foi elaborado com a preocupação de abrir espaço para que todas as mulheres falem sobre seus problemas. Nós procuramos transformar a Semana num acontecimento agradável, tentando recuperar todos os aspectos positivos de ser mulher, dando ênfase ao tema da relação com o corpo e do prazer que sentimos com ele.

— **Como foi a participação das mulheres na III Semana?**

— **Heloisa:** Este ano havia menos gente. Do ponto de vista da qualidade da discussão este fato foi muito produtivo: as pessoas não vieram por causa da novidade, mas sim preocupadas em levantar questões e procurar formas de intervenção no movimento de mulheres.

— **Quais as perspectivas de trabalho a partir desta Semana da Mulher?**

— **Bíbia:** A III Semana da Mulher em Campinas foi realizada na UNICAMP e na cidade através de grupos organizados (donas de casa, empregadoras domésticas, grupos organizados nos bairros). Este ano pretendemos levar as discussões para a periferia, tendo como tema central a questão do planejamento familiar. Pretendemos vincular a luta específica das mulheres de forma permanente dentro dos setores já organizados.

— **Houve denúncias de violências contra a mulher neste encontro?**

— **Heloisa:** No debate sobre planejamento familiar surgiram várias denúncias de que existe um serviço ligado ao ambulatório da Faculdade de Ciências Médicas de Campinas fazendo experiências com anticoncepcionais em suas pacientes. Um dos medicamentos utilizados é o Depo-provera que já teve seu uso condenado em diversos países.

Por outro lado foi lido um depoimento de uma mulher que teve um DIU (Dispositivo intra-uterino) colocado em 1964 em um posto da Benfan e que o conserva até hoje com o conhecimento dos médicos deste serviço.

Cultura

Onde estás?

No Arena-SP circo e guerrilha no teatro: uma homenagem aos que tombaram na guerrilha do Araguaia

Por Ennio Brauns Fo.

Num pungente e solitário diálogo relembra o que foi a guerra, analisa fatos, percorre os limites da lucidez e da loucura na situação em que se encontra: "Nós também fazíamos batismo... é... e até casamentos tivemos lá dentro da mata. Foi lá que me casei com Janaina.

Quando a gente morava lá em São Domingos nós nós dizíamos primos, uns se diziam irmãos dos outros, todos eram parentes. O Duda era primo meu, a Jana era irmão do Lino, o povo lá não entendia nada, mas nós tivemos que fazer isso porque andaram dizendo que nós tínhamos raptado as moças. A gente era feliz, sempre feliz. A gente era feliz na hora de caçar, de treinar.

A gente só não era completamente feliz quando sentia saudades daqueles corpos, daquelas nossas personalidades que abandonamos nas cidades grandes, daquelas pessoas que nós éramos e das pessoas que conhecemos..."

A personagem vaga por diversos estados emocionais,

ao compasso de mudanças cênicas. Uma sequência de estilos diferentes, dando uma dinâmica particular à ação.

O diretor Olney de Abreu comenta o trabalho: "Na direção desse projeto tento fazer um estudo de todas as linhas de interpretação, tendo como base o circo, e o jazz sustentando os improvisos viscerais. Um exemplo: o ator sai de uma cena chapliniana em que persegue uma barata e entra num monólogo expressionista.

Uma salada de frutas tropical. O teatro que fazemos é muito pobre, por isso tem que ser criativo. Nossa intenção é mostrar aquelas coisas que os poderosos deixaram apodrecer no tempo e no espaço."

A intenção do grupo não é simplesmente fazer teatro. É trazer uma proposta renovadora inserindo na peça o elemento circense, quase que abandonado pelo teatro. Tendo também uma nova atitude em relação ao trabalho teatral.

Diz o ator e autor, Breno Moroni: "... proponho também um novo tipo de teatro, o teatro guerrilheiro. Não o teatro armado, é claro, nem um teatro panfletário, mas um novo tipo de comportamento, com a destruição total do ego, do comportamento superficial do artista contemporâneo. Nós, artistas, sempre fomos marginais perante a história, é preciso retomar o nosso poder de poder dizer e revolucionar o poder. Vamos fazer o nosso teatro, custe o que custar. Aprendi com o circo e com os guerrilheiros o significado do risco de vida. Vamos à luta de nossos textos, cenários e montagens, a custa do nosso sangue se for preciso."

Breno dedica o texto a sua irmã... que no dia em que ele estreava sua primeira peça de teatro, saía de casa rumo ao Araguaia para nunca mais voltar. Nesse nove anos, desde 1971, ele continuou seu trabalho, desenvolveu técnicas de interpretação e de circo, trabalhou na Europa, África e América do Sul, e **Onde Estás?** é seu primeiro trabalho na volta ao Brasil.

"Foram nove anos de desaparecida e nove anos de busca. Hoje, **Onde Estás?** não é mais uma busca, é o encontro de um pensamento só."

Essa montagem, que fica em cartaz no teatro Oficina em novembro e dezembro no horário "alternativo" das 22:30, reflete a luta do grupo por um ideal de renovação do teatro brasileiro. Um comprometimento da arte com nossa realidade histórica.

"Foi minha mãe que me mostrou a garra de lutar por um ideal. Apesar dos quatro atentados já sofridos por ela, continua a gritar: **Onde Estás, minha filha?** A peça não é mais que meu dever de brasileiro, de filho e irmão."



Breno (autor e ator): proponho o teatro guerrilheiro

Dia 1º de novembro entrou em cena, no teatro Oficina de São Paulo, a guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez o tema é abordado no teatro brasileiro.

Onde Estás?, texto de Breno Moroni, é uma reflexão sobre a recente e apagada história do Brasil. A década de 70 vista de hoje. A guerrilha do Araguaia na visão de um militante em seu último dia de cárcere.

A saúde é um direito nosso e um dever do estado

Feministas, igreja e intelectuais desafiam ministros

Por Thais de Souza e Maria Teresa Verardo

Dia 28 de outubro último realizou-se em São Paulo, no SESC - Serviço Social do Comércio — um debate sobre Planejamento Familiar entre, de um lado os ministros Valdir Arcoverde (Saúde) e Jair Soares (Previdência Social) e de outro, representantes da Igreja, Universidades e dos Movimentos Feministas.

Deste debate alguns pontos merecem destaque:

Em todas as suas intervenções o ministro Jair Soares salientou o papel da família na questão do planejamento familiar, como sendo ela a responsável pelo controle da natalidade. Mas, praticamente chamou de "irresponsável" todas aquelas que não aceitam o planejamento, escondendo assim o fato de que, no entanto, maior irresponsabilidade é a dos órgãos do governo que não assumem suas tarefas de garantir a saúde e o bem estar físico e psicológico da população.

Na questão do aborto surpreendeu a posição do ministro Valdir Arcoverde que só falou do problema do ponto de vista jurí-

dico, mas a pergunta era dirigida ao ministro da saúde ou a algum juiz de direito?

Sobre a atuação da Benfam as críticas se restringiram a utilização do DIU (Dispositivo intra-uterino e na **diapositivo** como pretendeu um dos integrantes da mesa). Não houve nenhuma crítica mais profunda ao órgão (Benfam) que infringe todas as regras de atendimento de saúde à população.

Quanto à posição da Igreja: será que a idéia de que "as tentativas do homem em controlar a natureza o degradam", se estende também ao controle dos rios, previsão de terremotos, dilúvios etc? Não, ela se refere somente à possibilidade da mulher controlar seu próprio corpo.

Causou grande irritação às autoridades a leitura de um documento assinado pelo Cebrap, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, e entidades feministas. O documento (que **EM TEMPO** reproduz aqui na íntegra) foi a única tentativa de fazer críticas específicas ao Prev-Saúde, procurando esclarecer alguns pontos e propondo uma discussão mais ampla do assunto.

Democratizar o Prev-Saúde!

A carta dirigida aos ministros da Saúde e da Previdência e Assistência Social.

No momento em que o anteprojeto do Programa Nacional de Serviços Básicos da Saúde (Prev-Saúde), proposto pelos ministérios da Saúde e da Previdência Social, é apresentado para receber sugestões por parte de alguns setores ligados à saúde, consideramos necessário e oportuno vir à presença de Vossas Excelências com a finalidade de colocar alguns pontos fundamentais em relação às atividades referentes à regulação da fecundidade e ao tratamento da infertilidade, incluídos no item "Atenção Materno-infantil", do mencionado anteprojeto.

1. A saúde é um direito inalienável da população e um dever do estado. Portanto, o estado, ao propor uma alteração necessária na atual política de saúde, deveria auscultar amplamente os diversos setores da sociedade civil, caracterizando assim um procedimento democrático. Em particular, no que tange à regulação da fecundidade e ao tratamento, da infertilidade, muito embora a opinião dos especialistas na matéria seja de fundamental importância, deveriam ter sido criados canais com o fim de permitir que as distintas camadas da população participassem do presente debate, uma vez que a decisão última deve caber à mulher, ao homem ou ao casal.

2. A participação nesta etapa, bem como nas posteriores, se torna vital no momento em que se verifica que o nível de generalidade que caracteriza o atual anteprojeto acaba de submeter o tema da regulação da fecundidade e do tratamento da infertilidade a um alto grau de ambiguidade. Com isto, torna-se básico evitar qual-

quer procedimento que centralize as decisões nesta área deixando fora do processo decisório os agentes sociais representativos dos vários setores da sociedade.

3. Muito embora essa ambiguidade dificulte uma análise mais detalhada e sugestões subsequentes, alguns pontos não podem deixar de merecer apreciação, nesta etapa preliminar.

3.1. Muito positiva a colocação do documento quando afirma que não haverá interferência ou indução de qualquer espécie nas decisões da mulher ou do casal. Espera-se que esta posição atenda as preocupações que já têm sido manifestadas no Brasil, bem como em outros países do Terceiro Mundo, no sentido de evitar que a ênfase na saúde materno-infantil venha encobrir uma intenção de controle da natalidade.

3.2. Também é positivo que os serviços de controle de fecundidade tenham caráter individualizado e sejam executados por indicação médica. A nosso ver essa conduta não deve ferir os direitos de decisão da mulher e deve incluir uma criteriosa prescrição, de acordo com as especificidades de cada caso, seguida de um acompanhamento médico cuidadoso. Ou seja, deve ser evitada, a todo custo, uma política de distribuição massiva e indiscriminada de meios anticoncepcionais cujo uso requer atenção médica.

3.3. Igualmente positiva a preocupação do documento com a infertilidade da mulher, do homem, ou do casal. Até agora esse grave pro-

blema da reprodução humana não tem recebido a merecida atenção.

3.4. Ao referir que "serão desenvolvidos esforços no sentido de promover e apoiar uma precisa revisão e regulamentação da legislação vigente sobre a regulação da fecundidade, com vistas a reduzir ações contra a vida humana", é essencial que sejam explicitados os objetivos desta revisão, bem como o conteúdo das alterações propostas.

3.5. No que se refere às atividades propostas nos períodos pré-concepcional e inter-gestacional, torna-se fundamental o esclarecimento dos seguintes pontos:

3.5.1. O que se entende por "estímulo da responsabilidade na assistência adequada aos filhos"? É preciso cuidado para evitar que este estímulo não acabe por se constituir em propaganda das supostas vantagens da família pequena, argumento tão comum para aqueles que tentam simplificar os problemas econômicos como devidos exclusivamente ao crescimento da população.

3.5.2. O que se entende por "informação ampla sobre métodos naturais de regulação da fecundidade, adotando-se procedimentos de inocuidade comprovada, para aumento de sua eficácia"; e por "informação seletiva sobre métodos artificiais de regulação da fecundidade, destacando seus perigos e contra-indicações, no esforço para a proteção da saúde dos usuários"?

Cabe aqui a indagação sobre a natureza, a extensão, a cobertura e o conteúdo destas atividades, bem como sobre a dicotomia, quanto à informação ampla ou seletiva, prevista nestes itens.

4. Muito embora seja respeitável a preocupação prioritária com o grupo materno infantil, o

anteprojeto é omissivo no que se refere à saúde da mulher, nos momentos não diretamente ligados à sua função reprodutiva. Os serviços de tecoginecologia preventiva são mencionados explicitamente apenas no período pré-natal.

5. Conquanto o anteprojeto proponha desenvolver esforços no sentido de reduzir ações contra a vida humana, não menciona nenhuma política específica que vise resolver o grave problema do aborto clandestino, que anualmente ceifa a vida de milhares de mulheres e que vem aumentando nos últimos anos. O respeito às convicções éticas e culturais de cada casal e de cada mulher deve levar à consideração que tenham acesso ao aborto seguro as mulheres que o desejarem, e que não puderam evitar filhos por outros meios.

6. Em relação aos graves abusos frequentemente praticados na área da esterilização feminina — quando muitas mulheres são esterilizadas sem o conhecimento do grau de irreversibilidade a que ainda está sujeita a referida operação e até mesmo sem o seu consentimento — o anteprojeto é omissivo porque não explicita nenhuma medida para controle deste problema.

Diante do exposto, e tendo em vista que para assegurar o atendimento dos pontos mencionados, é indispensável a ampla participação dos setores envolvidos nas diversas etapas e níveis de planejamento e implementação do anteprojeto, encarecemos a necessidade de que seja criada de imediato uma comissão constituída principalmente por representantes dos profissionais da área de saúde e dos grupos de mulheres. A essa comissão estaria afeta a relevante tarefa de definir os mecanismos institucionais que garantam, desde o nível distrital até o federal, a participação de toda a população.



Nicarágua

“Não deve haver nenhuma dúvida sobre o fato de que o que está em marcha é uma revolução”

A luta se aguça na Nicarágua. De um lado, vêm aumentando as incursões de antigos somozistas a partir de Honduras — que já tiveram como resultado a morte de 55 policiais nicaraguenses, sete alfabetizadores e um número indeterminado de guardas de fronteira. Ao mesmo tempo, aumenta na Nicarágua a atividade da oposição conservadora — em especial a do MDN, liderado pelo ex-membro da Junta de Governo, Alfonso Robelo, que acusa o regime sandinista de ser “puro satélite de Cuba” e de “introduzir na Nicarágua a luta de classes”.

Por outro lado, os sandinistas multiplicam as demonstrações de que pretendem levar a revolução até o fim, a despeito da força da oposição burguesa, que se sente reforçada com a eleição de Reagan.

Publicamos aqui um documento importante. Partes de um discurso onde o comandante da Revolução, Humberto Ortega, explica em nome dos sandinistas porque a realização imediata de eleições e de uma Constituinte não permitiria avançar na democracia e portanto não ocorreria (como queria a oposição burguesa). Neste discurso, Ortega explicita uma concepção de democracia oposta à liberal-burguesa.



Democracia não é só eleições

Discurso de Humberto Ortega, para dezenas de milhares de jovens alfabetizadores.

Para a Frente Sandinista, a democracia não se mede unicamente por eleições. É alguma coisa a mais, muito mais. Para um revolucionário, para um sandinista, ela significa a participação do povo nos negócios políticos, econômicos, sociais e culturais. Quanto mais o povo tomar parte em tudo isto, mais será democrático. E é preciso dizer de uma vez por todas que a democracia não começa nem termina com eleições. É um mito querer reduzir a democracia a esta condição. A democracia começa no terreno econômico, quando as desigualdades sociais começam a se enfraquecer, quando os trabalhadores, os camponeses, melhoram o seu nível de vida. Então tem seu nascimento a verdadeira democracia. Não antes.

Uma vez atingidos estes objetivos, ela se estende também a outros terrenos: ela se amplia à esfera do governo: quando o povo influi sobre o governo, quando o povo determina seu governo, quer isto agrade ou não.

Por certo, em uma fase mais avançada, a democracia significa participação dos trabalhadores na direção das fábricas, das fazendas, das cooperativas e dos centros culturais. Para resumir, a democracia é a intervenção das massas em todos os aspectos da vida social. Nós enfi-

zamos o anterior para estabelecer, sobre uma base de princípio, o que a FSLN entende por democracia. A FSLN reconhece entretanto a crítica construtiva como a única crítica fecunda. A divergência e o pluralismo continuarão a ser componentes essenciais da democracia sandinista. Mas a Frente assinala que as críticas que temos de levar em conta são fundamentalmente as feitas pelo povo trabalhador, porque são as mais desinteressadas, autenticamente sinceras e revolucionárias.

“As críticas que temos de levar em conta são as feitas pelo povo trabalhador”

2) A direção nacional da FSLN realirma diante do povo nicaraguense e diante do mundo que o processo revolucionário que vive atualmente nosso país não volta atrás e continuará sua marcha até as últimas consequências. Não deve haver nenhuma dúvida sobre o fato de que o que está em marcha hoje é uma revolução, e que é para fazer uma revolução que a FSLN tomou o poder, à cabeça do povo nicaraguense, em 19 de julho de

1979, depois de 28 anos de luta e com o preço de 100.000 mortos.

3) A responsabilidade que nós assumimos na condução da guerra de libertação nos levou a estudar a realidade concreta de nosso país. Nós conseguimos assim avaliar o estado de atraso e de destruição econômica, social e moral no qual a revolução triunfante encontraria o nosso país. É por isto que nós afirmamos com seriedade que deveria se abrir depois da vitória um processo de reconstrução nacional como primeiro grande passo da Revolução Popular Sandinista.

4) Uma vez no poder, a Frente Sandinista, como autêntica vanguarda e como guia do povo nicaraguense, decidiu instalar uma junta de governo que organizaria e dirigiria a gestão governamental, apoiada sobre o trabalho do povo, para permitir a reconstrução nacional.

5) Um ano depois da Revolução, nós podemos afirmar com responsabilidade que o atraso e a destruição econômica, social e moral do país são tão amplos e tão profundos que não podemos esperar que o país se reconstrua antes de 1985; é por isto que a direção nacional da FSLN decidiu que a Junta de governo deverá continuar à cabeça da gestão governamental até 1985.

6) Nosso povo trabalhador, nossos operários e camponeses, nossos jovens e mulheres, os técnicos e empresários patriotas devotados à reconstrução nacional deverão se preparar em 1985 para escolher o programa de governo e os melhores homens do país que, encarregados do governo, deverão continuar a impulsionar as tarefas da nossa Revolução...

Uruguai-Brasil

Dois anos do sequestro de Lilián e Universindo

Lilián começa greve de fome

No dia 19 de novembro fez dois anos que Lilián Celiberti e Universindo Diaz, cidadãos uruguaios, foram sequestrados em território brasileiro por agentes do governo uruguio com a ajuda da polícia brasileira. Depois de presos e barbaramente torturados nos cárceres uruguaios, anuncia-se a intenção de condená-los a dez anos de prisão.

Os cúmplices brasileiros do seu sequestro continuam soltos (como o famoso “Didi Pedalada”).

Nesta data, o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina realizou um ato público de solidariedade ao povo uruguio.

Não estamos alheios a esta luta. Durante anos, o povo uruguio foi solidário, e recebeu carinhosamente os cidadãos brasileiros que se refugiaram lá após o golpe de 64. Desde 1973, também os uruguaios lutam contra uma ditadura terrível, que já levou ao exílio centenas de milhares de uruguaios. A derrota de regimes como o uruguio está intimamente ligada à luta do povo brasileiro.

Liberdade para Lilián e Universindo

Desde 17 de novembro, Lilián começou uma greve de fome na sinistra prisão de Punta Rieles, exigindo sua liberdade e sua devolução ao Brasil, onde residia legalmente quando foi sequestrada.

Em fins de outubro, os métodos de destruição física e psíquica da ditadura uruguia levaram ao suicídio Blanca Sanabria, militante do Partido por la Victoria del Pueblo, condenada a 6 anos de prisão por ter em sua casa exemplares do jornal do PVP, “Companero”. Este verdadeiro assassinato faz temer também pela vida de Lilián.

Só uma intensa campanha de solidariedade, pela liberdade imediata de Lilián e Universindo, pode evitar novo drama.

Cabe lembrar que não apenas o governo uruguio é culpado: também o governo brasileiro é responsável, como foi confirmado por um pronunciamento da Justiça brasileira, confirmando a ocorrência do sequestro em Porto Alegre.

VIRAMUNDO

Itália

Depois da greve na FIAT: Qual o caminho do PCI?

As notícias sobre a primeira reunião do Comitê Central do Partido Comunista Italiano depois da greve da FIAT revelam que estourou uma crise, que chega mesmo à contestação de Enrico Berlinguer. Um dos membros do CC, G. Chiaromonte, disse no seu informe que eram necessárias “modificações muito sérias do nosso trabalho, das orientações, dos métodos e das formas de direção, e mesmo do nosso modo de ser”. Foram criticadas as “formas de luta errôneas” na FIAT.

Na verdade, o que as lutas na FIAT fizeram foi trazer à luz as contradições da política do PCI. Todos sabemos que sua linha básica, nos últimos anos, é a de buscar o reconhecimento, por parte da burguesia, da sua aptidão à gestão do governo nos quadros de uma economia capitalista. Para isto, o PCI inúmeras vezes pregou aos trabalhadores a necessidade de aceitar sacrifícios para o sucesso da política de “austeridade” (forma europeia de dizer arrocho). Mas como a Democracia Cristã se recusa a aceitar suas demonstrações de boa vontade, o PCI tenta pressioná-la, acompanhando a radicalização operária (o que ele fez, parcialmente, na FIAT), demonstrando que é inútil querer um governo estável sem ele. Mas, ao fazer pressão sobre a burguesia, o PCI obtém outros resultados: que ela desconfie ainda mais da sua capacidade de segurar o movimento.

Pois o PCI tem de combinar, com sua política, coisas bem diferentes: ser aceito pela burguesia, fazendo pressão sobre ela e demonstrando sua defesa sincera da política de austeridade; conservar sua influência sobre os trabalhadores, radicalizados e exasperados pelos ataques patronais. A linha do PCI só teria chances de sucesso num período mais tranquilo... sem greves como a da FIAT.

Grã-Bretanha

Bases pressionam burocratas

Os setores mais à direita do Partido Trabalhista sofreram duas derrotas recentes.

Em primeiro lugar, no 79.º Congresso do Partido, (29 de setembro a 4 de outubro em Blackpool) a esquerda realizou uma ofensiva que obteve resultados importantes. Conseguiu colocar no programa do partido a saída da Inglaterra do Mercado Comum Europeu, a semana de 35 horas sem redução de salários: além disso, se opôs à instalação dos mísseis nucleares americanos Pershing e Cruise no país.

Mais importante que o programa foi a aprovação dos princípios de que o líder do partido deve de ser escolhido apenas pelos deputados, e seja escolhido por um colégio mais amplo e de que os parlamentares tenham de se submeter a um procedimento regular de re-seleção nas seções locais. Como não houve acordo sobre a forma precisa de indicação do líder, o assunto foi adiado para um próximo Congresso extraordinário.

Previendo a derrota neste Congresso, a diretoria do partido manobrou com a antecipação da demissão do líder James Callaghan, o que levou à eleição do novo líder pelo antigo procedimento. Mas esta eleição se mostraria uma segunda derrota da ala conservadora: seu candidato, Denis Healey, foi batido por Michael Foot, mais próximo à esquerda.

A importância destes acontecimentos pode ser avaliada quando sabemos que o Partido Trabalhista é organicamente ligado aos sindicatos. Assim, no Congresso, os sindicatos contavam com seis milhões e meio de votos em um total de sete milhões e duzentos mil. A radicalização do Partido Trabalhista, portanto, reflete claramente uma radicalização das bases.



Kania, dirigente do PC...

Polônia: As manobras de outono

O encontro entre o líder operário Lech Walesa e Stanislaw Kania, Secretário Geral do PC polonês, marca o início de nova fase na profunda crise que opõe, desde julho, os privilégios vacilantes da burocracia à ofensiva operária. Uma crise que, ao longo de cinco meses, se revelou mais complexa e mais rica de ensinamentos que as explosões que sacudiram, em 1956, 1970 e 1976, o aparelho burocrático de estado na Polônia.

Por Carlos Eduardo

A primeira fase, "o verão de Gdansk", vem desde 1º de julho, com os protestos contra o aumento no preço da carne, até o recuo da burocracia, obrigada a assinar, no início de setembro, os acordos que reconhecem a existência do sindicato independente, autogerido, Solidariedade. Com Gdansk e as cidades-irmãs de Gdynia e Sopot submetidas a um verdadeiro cerco pelo aparelho de estado, sem comunicações com o restante do país, os grevistas do Báltico reencontram as formas organizacionais da democracia operária que acompanham, necessariamente, os mais altos momentos da luta do proletariado. Ao longo de dois meses de ofensiva e 17 dias de greve geral, líderes demitidos devido a outras mobilizações, como Lech Walesa, são reconduzidos ao convívio de seus companheiros, e se exige a libertação imediata de prisioneiros políticos; a eleição dos delegados pela base é acompanhada pela possibilidade de sua demissão a qualquer momento, se perderem a confiança das massas; e, finalmente, instauram-se negociações sem conchavos, sem portas fechadas, gravadas e transmitidas a todos, uma prática destinada a encontrar profundas repercussões entre o proletariado da Europa Ocidental.

O Comitê de greve inter-empresas

Com a criação do Comitê de greve inter-empresas (MKS), a ofensiva operária corporifica formas organizacionais centralizadas e de maior amplitude, que assumem a dimensão de uma verdadeira "comuna do Báltico". Estendendo sua representação à medida que a greve se amplia, o MKS intervém na vida econômica, decidindo a continuidade da produção de empresas essenciais aos grevistas, como as de combustíveis e alimentos. Mais ainda, revela-se uma estrutura simultaneamente democrática e centralizada, flexível e apta a ser instaurada em outras regiões. É o que ocorre entre os mineiros da Silésia, cuja greve, desencadeada em 28 de agosto, será vitoriosa a 4 de setembro.

As manobras de outono

A paralisação dos mineiros da Silésia, sem que o aparelho de estado tenha conseguido quebrar a combatividade dos grevistas do Báltico, marca, para a burocracia, o momento da adoção de uma nova política ou mais precisamente, o momento da adoção de uma política única, dirigida à divisão do movimento.

Até então o governo vacilara entre as negociações e a repressão, sem ir até o fim de nenhuma destas estratégias. Assiste-se em setembro, em rápida sucessão, à assinatura dos acordos de Gdansk, ao reconhecimento das reivindicações dos mineiros silésianos e ao afastamento de Gierk — manobra provada, que já rendera frutos quando da ascensão de Gomulka (1956) e de sua substituição por Gierk (1970). Só que, desta vez, os trabalhadores recusam-se a desmobilizar suas bases.

De parte do aparelho de estado, esta fase de manobras é marcada por duas decisões judiciais formalmente antagônicas: a recusa do tribunal de Varsóvia em aceitar os estatutos do Sindicato Solidariedade, que "omitiam o papel dirigente do Partido Comunista na vida social"; e a decisão da Corte Suprema, aceitando os estatutos sem esta cláusula — incorporada entretanto, a posteriori, aos acordos de Gdansk. Decisão nitidamente de compromisso, espelhando a correlação de forças instaurada na Polônia, com milhões de trabalhadores aderindo aos sindicatos livres e trazendo, para o seu interior, uma consciência e uma vivência necessariamente defasadas em relação à dos grevistas do Báltico. O governo, inclusive, apostaria nesta diferenciação, na divisão das fileiras operárias, procurando excluir do âmbito do acordo as regiões industrialmente mais atrasadas. Ou ao contrário, como na Silésia, "aposentando" o sindicato oficial e promovendo a adesão de todos, operários e burocratas, grevistas e furadores de greves, ao sindicato autogerido.

Deste modo pode-se distinguir, em outubro, três níveis de experiência política entre o proletariado da Polônia:

— os 300 mil mineiros da Silésia, tradicionalmente beneficiados pelo regime — Gierk tinha suas bases nessa região — que iniciaram sua luta em fins de agosto e em setembro receberam bem mais que os grevistas do Báltico. O MKS da Alta Silésia, "herdeiro" do sindicato oficial, foi o primeiro a solicitar o seu registro.

— os 300 mil trabalhadores do Báltico, que viveram meses de luta aberta contra a repressão e as manobras governamentais.

— a grande maioria dos 8,5 milhões de integrantes do sindicato Solidariedade, com relativamente pouca participação nas greves.

A greve geral

Uma das respostas do MKS do Báltico foi preparar, ainda em setembro, a primeira reunião (informal) dos vários Comitês de Greve, transformados em direção provisória dos sindicatos independentes. Outra foi a greve geral de uma hora pelo cumprimento dos acordos de Gdansk, a grande manifestação unitária do proletariado polonês. Caíam por terra as tentativas de chantagem sobre a "inevitável intervenção soviética". Para a burocracia, tornava-se claro que era preciso superar a provocação do tribunal de Varsóvia e adotar novas táticas frente ao Solidariedade.

O compromisso burocrático

O lance final das "manobras de outono" foi a decisão da Corte Suprema; o lance inicial da nova fase é a proposta de diálogo entre Kania e Walesa. Proposta que tem, como pano de fundo, as manifestações populares em Gdansk contra o não-cumprimento dos acordos, e que se encaminham para uma aparência de co-gestão ou, mais precisamente, de co-responsabilidade pelos



... tenta evitar que Walesa recorra às mobilizações.

descaminhos da economia polonesa. Nas palavras de um dirigente do PC da região de Gdansk: "Pensamos que a produtividade vai aumentar graças à mudança (o novo sindicato). Os operários querem colaborar e devemos aproveitar essa oportunidade" (O Estado de São Paulo, 16/11).

No entanto, é improvável que esta oferta de um "compromisso" entre a burocracia e a vanguarda operária tenha uma dimensão maior, isto é, seja acompanhada por um poder de decisão real, a nível da sociedade global. A capacidade de contágio dos operários "católicos e anti-socialistas" da Polónia já é bastante grande, e bastante preocupante para o conjunto do bloco burocrático; a participação do proletariado polonês enquanto ator político autônomo, legitimado no processo de tomada de decisões, teria repercussões imediatas na Europa do leste — e sobretudo na Tchecoslováquia, onde os sindicatos livres encontrariam lideranças nacionais e quadros de todos os escalões, afastados pelos tanques invasores em 1968.

Na verdade, a proposta do "ex-duro" Kania viria apenas responsabilizar as novas lideranças pelos fracassos da economia. Trata-se de outra manobra para dividir as fileiras operárias — uma medida, inclusive, que provavelmente seria considerada "razoável" pelos mineiros da Silésia. Uma recusa pura e simples ao diálogo poderia valer, à equipe de Walesa, acusações de "anti-socialismo e conluio com o Ocidente" (e isto, embora a equipe de Kania já disponha de créditos

da ordem de 670 milhões de dólares junto ao imperialismo).

A retomada do verão

Neste quadro, o caminho que desponta como o mais seguro é, aparentemente, o revelado pelas formas de luta do "verão de Gdansk". Walesa não pode se recusar ao diálogo sobre os rumos da economia nacional; mas pode conduzi-lo em cada fábrica, com delegados eleitos e revogáveis a cada momento pelos trabalhadores, em cada seção local do sindicato livre, exatamente como os grevistas do Báltico souberam identificar, em escala local, cada um dos privilégios e dos desperdícios criminosos da burocracia.

O estabelecimento de uma direção nacional para os sindicatos livres — o que implicaria necessariamente em concessões, em função dos níveis desiguais de consciência política — e o impulsionamento da discussão, pelas bases, dos rumos da economia nacional e da responsabilidade da burocracia no atual estado de coisas, podem se revelar como instrumentos viáveis para o amadurecimento político dos setores menos experientes do proletariado polonês. Se esta política for empreendida de maneira democrática e unitária, com a resolução que marcou a luta dos grevistas do Báltico, as "manobras de outono" entre a burocracia e a vanguarda operária podem, dar lugar a enfrentamentos marcantes, que ultrapassarão em muito as fronteiras polonesas e encontrarão ressonância por toda a Europa, das fábricas parisienses às usinas tchecas.

20 de Novembro:

Dia Nacional

da Consciência Negra

Escola violentada

As idéias aqui esboçadas são fruto de reuniões de professores preocupados em discutir mais a fundo o problema da violência nas escolas de periferia da Grande São Paulo e, principalmente, interessados em buscar soluções que sejam mais condizentes com o relacionamento escola-comunidade do que a velha proposta de policiamento ostensivo à porta dos prédios escolares; mesmo porque temos restrições à presença de mais uma forma de repressão dentro da escola. Basta a que já existe no bojo dela!

Se isolados sobrevinha-nos a perplexidade frente à questão, foi em grupo que a indignação cresceu, surgindo a necessidade de se colocar em discussão mais ampla, esta perspectiva do problema. Contando hoje com a nossa entidade representativa (Apeesp), chamamos os colegas ao debate para que possamos trabalhar com algumas novas respostas diante do quadro complexo que é a escola pós-fracasso-do-milagre.

Além dos altos muros do "casarão", outro elemento que muda fisionomicamente a escola e a quem chamamos atenção é a figura do vigilante armado à porta. Se há alguns anos começavam a aparecer as guaritas dentro de bancos e à porta de empresas para proteger o capital, agora a guarda particular vai sendo introduzido nas escolas públicas de periferia, defendendo a quem? O que? De quem?

Alguns poderiam fazer uso de exemplos que comprovam tentativas de penetração de elementos estranhos por parte de jovens alcaunhados de "marginais", mostrando a necessidade da defesa. Em contrapartida nós poderíamos levantar, por exemplo, o problema da falta de lazer que o jovem, principalmente aquele que trabalha, tem nestes locais.

Vale mais o exemplo: há dias um tiro atravessou o vidro da janela de uma sala de aula e por pouco não colhe um aluno ou o professor em pleno vôo didático. Segundo se soube depois, o alvo proposto era o guarda da escola e o motivo da vingança foi a barreira imposta aos de "fora" na festa dos professores onde havia música e dança. Caberia perguntar agora, quem são estes "marginais"? Seriam os que vivem assim graças a um "milagre"? São o fruto desse "milagre"? Se hoje reagem contra uma instituição pertencente ao "status-quo" é

porque os deixaram fora depauperados, marginalizados, desde a mais tenra idade. O que assistimos é a resposta à violência que já sofreram e que um guarda à porta da escola personifica no presente.

Constatamos então quão hipócrita é um dos objetivos fundamentais da escola — que propõe formar indivíduos integralmente — se ao chegar nela as crianças já foram discriminadas em termos de nutrição, condições sócio-econômicas, etc. ... Como é, não estaria a escola contribuindo para a manutenção e aprofundamento de tais discriminações?

Diriam os colegas que colocamos acima uma falsa questão pois a escola como instituição serve como instrumento ideológico dos valores dominantes de uma sociedade preparando o selvagem para o adestramento.

Se antes para tal preparação eram suficientes os berros do diretor e docentes, hoje a escola enquanto fisionomia mostra-se mais próxima dos quartéis porque mais distante das necessidades da comunidade na qual está inserida.

Por isso optamos por não cruzarmos os braços mostrando um novo papel do professor que frente a pequenas questões como esta inicia um processo de discussão periódica entre alunos e professores através da formação de Conselhos de Representantes de Classe, assembleias de alunos, no intuito de se criar o sentido de unidade. A partir de um corpo de organismos dentro da escola podemos atingir a comunidade, sensibilizando os eventuais pais já participantes de sociedades de amigos, clubes de mães, movimentos pastorais, núcleos, para que se mobilizem à escola.

Mostrar à comunidade que a escola pertence a ela, não seria hoje um dos papéis fundamentais do professor? Juntos poderíamos levantar problemas e responsabilidades, buscar soluções, tornar a relação professor-comunidade presente e efetiva.

Discuta a proposta na sua escola e venha dar sugestões no sábado, dia 29/11/80, às 10 horas, na Igreja Santa Teresinha, no Largo do Taboão da Serra. Estaremos lá, discutindo o tema: "A Escola Violentada".

Comissão Aberta de Professores da Regional Sudoeste — Capital - SP.

De novo, a Frente Jornalística

E por falar em roupa suja...

Caros Companheiros,

O jornal **EM TEMPO**, vem sofrendo, de uns tempos para cá, modificações substanciais em sua linha editorial, fato que os leitores já devem ter percebido e concordado ou não. Nós, da **Editoria de Cultura**, não concordamos. Esta discordância foi deixada explícita em debate com o coletivo do jornal no sentido de uma maior abertura no que se refere à convivência de diversidade de opiniões. Nenhum reflexo dessa discussão emergiu na linha editorial, de fato, do jornal (o que nos faz supor que a sempre proclamada abertura ao debate seja uma mefe tese formal). Diante disso pedimos aos companheiros do **EM TEMPO** a publicação desta carta pela qual queremos deixar claro nosso afastamento, em definitivo, deste jornal.

PS: A série que a **Editoria de Cultura** vinha editando sobre **Produção de Arte: pontos de vista, dúvidas, polêmicas, revelações**, com a colaboração de Maria Cesarino, fica suspensa.

(José Mário Ortiz Ramos e Rachel de Andrade)

Sexo em debate

Companheiros do EM TEMPO: Após termos lido o nº 15 do **EM TEMPO**, com especial atenção ao artigo/debate sobre **Sexualidade em Debate**, cabe a nós congragarmos com os companheiros por haverem colocado esta importante questão, que hoje é marginalizada enquanto discussão, por alguns setores da esquerda, como se a sexualidade não fosse também uma das formas de dominação do capitalismo.

Depois de leitura e discussão exaustivas, nosso Grupo discordou de algumas coisas ali apresentadas, e daí decidimos escrever um pequeno artigo, que ora enviamos aos companheiros para apreciação, sem compromissos de publicação.

A partir da pergunta de Marta Suplicy e da primeira resposta, feita pela Tereza Verardo - citando o execrável Flávio Gikovate — é que as discordâncias se apresentaram. Assim, achamos que logo no início a questão foi desviada dum dado fundamental, que poderia ter sido procurada uma resposta no Michel Foucault.

Aí o **GER** achou que deveria escrever e, em cima da discussão coube a mim a tarefa de redigir as visões várias que pintaram no debate cuja síntese eu coloco pros companheiros. Síntese esta lida e aprovada pelo Grupo.

Como último toque, um reconhecimento pelo trabalho que vocês vem levando neste árduos caminhos da imprensa alternativa, e melhor ainda, pela batalha em não se deixar fechar em círculos sufocantes da moralidade burguesa no tocante a questões "malditas".

Saudações revolucionárias.

(Caesar Sobreira - Grupo de Estudo Reichiano Recife-PE)

Cultura sai, sem dizer a que veio e porque se foi...

O projeto que definimos há mais de um ano atrás para **EM TEMPO** vem, desde então, sendo implementado de acordo com as linhas político-editoriais que democraticamente foram estabelecidas pelo coletivo do jornal. E os companheiros da **Cultura**, não tendo explicitado em sua carta as "modificações substanciais" que o jornal estaria sofrendo em suas páginas, tornam assim difícil que os leitores entendam esta pequena discussão.

Num outro plano, as discussões sobre a **Cultura**, que temos tido no coletivo do jornal, são antigas, senão clássicas. E sempre se referiram à discordância por parte da maioria do coletivo quanto ao projeto jornalístico de **Cultura** que vinha sendo implementado pelos companheiros. Esta divergência não dizia respeito diretamente a uma linha política tal ou qual, mas sim aos temas, formas de tratamento, enfoque jornalístico

etc. dados pela editoria, e que eram vistos pela maioria como dissonantes do projeto mais geral do jornal de subsidiar a construção do Partido dos Trabalhadores.

Mas, mesmo assim, sempre insistimos com os companheiros para que, permanecendo no jornal, buscássemos juntos, adequar o projeto de **Cultura** ao projeto mais geral do **EM TEMPO**.

Se é verdade que este chamamento não apresentara até agora resultados plenamente satisfatórios, no entanto, de nossa parte sempre estivemos dispostos a prosseguir na tentativa, ao mesmo tempo dando enorme abertura aos companheiros para que editassem o que lhes parecesse adequado.

E é neste sentido que lamentamos o afastamento dos companheiros.

(A diretoria)

FUNAI veta saída de Juruna

A causa estranheza que a **FUNAI**, através do Conselho Indigenista, órgão de caráter consultivo, tenha decidido proibir a participação do cacique Mário Juruna como jurado do Tribunal Russel, na Holanda, com presença apenas de 7 de seus 13 membros.

Tal proibição reflete mais uma vez o espírito coercitivo da tutela exercida pela **FUNAI** que dessa forma nega a seus tutelados o direito de se pronunciarem sobre seus próprios problemas e reivindicações. A utilização do Estatuto do Índio e da condição de tutela para proibir

a viagem do cacique Mário Juruna é uma demonstração flagrante de como este instrumento legal de defesa do índio está sendo utilizado contra seus próprios interesses. É então necessário alertar a opinião pública quanto ao fato de que o não reconhecimento do Tribunal Russel pelo Brasil é um argumento menor se considerarmos que o fundamento da proibição é, na verdade, uma tentativa de impedir o debate internacional sobre a questão indígena brasileira.

(Comissão Pró-Índio/Rio de Janeiro)

OVNI desconfia do HP

Prezados amigos e leitores do **EM TEMPO:** Estive lá na assembleia dos metalúrgicos de São Paulo, no dia 17.10.80, na porta do cine Roxy, vendendo o "Informe OVNI". Não cheguei a entrar na assembleia. Vi porém Décio Malho rasgando folhetos da Oposição Metalúrgica na porta do cinema. Que democracia é essa daquele pessoal?

Gostei da matéria do Regis Moraes e até agora não consegui entender porque a *Voz da Unidade* e o *Hora do Povo*, apoiam assim o Décio Malho.

Sempre leio a *Hora do Povo*, semanalmente. Depois daquele incidente comecei a questionar a atitude do **HP** ao apoiar os Décio Malho. Se o **HP** não combater aquela atitude dos Décio Malho, passarei mesmo a preferir o **EM TEMPO** ao invés do **HP**. Até aquele dia vinha apoiando bastante o **HP**, agora estou quase modificando meu posicionamento.

Nó momento é só o que tenho para dizer, esperando que me publiquem esta cartinha no jornal.

Sinceramente, do leitor e amigo extra-terrestre. (Luiz Rebouças Torres - OVNI - São Paulo).

EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:

Eder Sader (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F.Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte.

Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tiburcio, José Luiz Nadai, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sergio Papi e Paulo Roberto Borges.

Sucursais:

Belo Horizonte: Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. **Porto Alegre:** Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. **Rio de Janeiro:** Caixa Postal 4680. **Salvador:** Av. Joana Angélica, 8 sala 44. **Fortaleza:** R. Pedro I, 1490 - Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A. R. Francisco Leirão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880.

IMPRESSÃO: Editora Jorués R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900.

BALANÇO

Três anos de EM TEMPO

Venha dar sua opinião

Novembro de 1977: há tres anos atrás apreciava a primeira edição do **EM TEMPO**.

Como reforçar sua sustentação econômica etc?

Nascia um jornal voltado para subsidiar a oposição desde o ponto de vista dos trabalhadores. De lá para cá, muita água rolou. Conseguimos sobreviver aos vários ataques da ditadura, escapamos do bombardeio terrorista, das pressões econômicas etc. De outro lado, surgia em cena o movimento operário através de suas colossais mobilizações, e como síntese deste processo aparecia o PT. E neste processo amadurecemos nossa definição jornalística conerretizando-a hoje num projeto engajado na construção do PT.

Estas e muitas outras questões estarão em debate no próximo dia 7 de dezembro, a partir das 14 horas no auditório do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, (R. Rego Freitas, 571).

Como forma de preparar uma próxima reunião do Conselho Editorial do **EM TEMPO**, convidamos a todos os colaboradores, assinantes e leitores de São Paulo, a virem dar sua contribuição para este balanço de nossos três anos.

Mas isto não basta. O que significa tal projeto? Como **EM TEMPO** tem se saído em sua implementação? Que alterações fazer?

(A Diretoria)

Reagan derrota Carter

Para os trabalhadores, tanto fez...

Carter chorou com a derrota e Reagan gargalhou com a vitória. Para os trabalhadores, no entanto, ficou tudo na mesma. Pois a cartada dos explorados, hoje nos Estados Unidos, está sendo jogada é na tentativa de construção de um novo partido próprio, diferente do Republicano e do Democrata.

Por Andreas Maia

O ex-ator Ronald Reagan será o próximo presidente dos Estados Unidos. O candidato republicano conseguiu 52% dos votos contra os 41% dados à Jimmy Carter. O aspecto reacionário do programa de Ronald Reagan salta aos olhos. Um fenômeno similar também se verifica no senado norte-americano: os republicanos serão majoritários pela primeira vez em 25 anos.

As lições essenciais que se pode extrair das eleições norte-americanas sugerem algumas perguntas. Por acaso as diferenças entre Reagan e Carter representam uma divisão importante, mesmo a nível tático, entre distintos setores da classe dominante nos Estados Unidos? Refletiu a campanha de Reagan uma virada para a direita por parte do povo norte-americano?

Carter, ao atacar as posições de Reagan sobre política externa, tratou de se apresentar como o candidato da paz. Mas era o mesmo Carter que criou a força de intervenção do Caribe, o arquiteto do orçamento militar quinzenal de um bilhão de dólares, o senhor que impôs a proposta para o serviço militar obrigatório, que ordenou o ataque contra o Irã em abril, que provocou constantemente Cuba, que ameaça com uma guerra o Golfo Pérsico, que está enviando armas e assessores ianques para a criminoso junta em El Salvador. Que candidato da paz!

Reagan, porém, disse que faria ainda mais. Lançou a idéia de impor um bloqueio militar contra Cuba, chamou os EUA a dar ajuda militar às guerrilhas reacionárias no sul da África, e insistiu que o enorme orçamento militar de Carter era insuficiente. A plataforma de seu partido Republicano condenou os miseros 75 milhões de dólares de ajuda norte-americana à Nicarágua e denunciou os "sandino-comunistas" de desestabilizarem El Salvador, Guatemala e Honduras.

Para os Estados Unidos, Reagan pediu reduções dos impostos sobre os monopólios, a eliminação dos controles do governo sobre a contaminação nos centros de trabalho e a imposição de leis anti-sindicais. Porém, o maior ataque de Reagan sobre os trabalhadores foi sua agressiva intenção de aprofundar as divisões no seio da classe operária e formar um bloco de oposição às reivindicações dos setores mais oprimidos da sociedade. Reagan brindou abertamente os racistas e se alinhou com os inimigos dos direitos das mulheres. Em geral a campanha de Reagan serviu como pólo de atração para as formas mais reacionárias, mais anti-sindicais, mais racistas, mais anti-semitas e mais antifeministas da sociedade norte-americana.

Entretanto, longe de receber com braços abertos o programa de Reagan, o povo

trabalhador reagiu enojado e frustrado perante a alternativa Carter ou Reagan: a taxa de abstenção foi maior ainda do que em 1976 e superou os 50%.

Uma virada direitista do povo americano?

A "maré reacionária" de Reagan, assim como o aumento das ações dos grupos ultra-reacionários e semi-fascistas, não reflete, no entanto, o sentimento do povo trabalhador norte-americano. O que representa então?

É a resposta forçada da classe dominante à crise da economia capitalista e ao ascenso da revolução mundial a partir da derrota do imperialismo ianque no Vietnã. A campanha de Reagan, ao proclamar aberta e diretamente a verdadeira perspectiva do imperialismo, representa a intenção de empurrar para a direita, por parte da classe dominante, toda a política burguesa nos Estados Unidos. Buscam e seguirão buscando a maneira de impor à classe trabalhadora a perspectiva reacionária, fazendo com que a nova administração governamental tenha facilidades em levar a cabo o programa de recuperação do imperialismo americano.

A retórica e as ações militaristas tanto de Reagan como de Carter não respondem a atitudes reacionárias entre os trabalhadores norte-americanos. Pelo contrário são parte de uma campanha destinada a alimentar sentimentos pró-guerra que todavia não existem.

A crise do sistema político

O que disseram Carter e Reagan em suas campanhas, suas promessas e ameaças, não afetarão, no fundamental, o curso da política externa norte-americana depois das eleições. Isto não quer dizer que Reagan não seguirá uma política militarista. Ocorre que, se Carter fosse vencedor, ou Anderson, teriam também que segui-la. Quando a classe dominante nos Estados Unidos — as suas decisões políticas importantes — como a decisão de se envolver ou não em uma guerra — o faz em uma base de apreciação correta da verdadeira correlação de forças entre as classes e dos problemas reais em jogo. O sistema eleitoral norte-americano serve precisamente para ocultar as verdadeiras relações entre as classes, para criar um espelho democrático e para semear a confusão em torno das questões políticas vitais para o povo trabalhador. Os capitalistas estariam se enganando a si mesmos se baseassem suas decisões no resultado do voto presidencial. E isso, a classe dominante nos Estados Unidos entende melhor do que ninguém.



Carter se despede: sua hipocrisia já deu o que tinha prá dar

A idéia de que a eleição de um ou outro politiquero democrata ou republicano decidirá o curso que seguirá o país durante cada administração governamental é um dos mitos do sistema político burguês nos Estados Unidos. A verdade é que nem os democratas e republicanos defendem os interesses dos trabalhadores, dos pequenos agricultores e das populações negras e latinas oprimidas.

Porém, o que caracterizou as eleições de 1980, foi o grau de resistência à idéia de ter que escolher o "mal menor" e isto se deve a um fato muito preciso: o imperialismo ianque já não promete uma vida melhor para as massas trabalhadoras nos Estados Unidos. Oferece, ao invés disso, ataques ao nível de vida e às liberdades democráticas. Oferece racismo, opressão e guerras em terras estrangeiras.

Hoje, mais do que nunca, o povo trabalhador norte-americano está se convencendo de que faz falta uma alternativa aos partidos dos patrões, o Democrata e o Republicano. Dentro dos sindicatos cresce a discussão sobre a possibilidade de se lançar um partido operário de massas. Durante a campanha eleitoral, os candidatos e as idéias do Socialist Workers Party (SWP), a principal organização de esquerda revolucionária norte-americana, receberam uma boa acolhida quando conseguiram romper o monopólio da informação que exercem os ricos, para fazerem-se escutar entre os trabalhadores.

Um partido operário baseado nos sindicatos

"Os trabalhadores nos Estados Unidos necessitam de um partido operário" afirmou Andrew Pulley, candidato do SWP à presidência dos Estados Unidos. A idéia de que os sindicatos tomem o caminho da independência política é cada vez mais atrativa para milhões de trabalhadores. "O movimento operário deve considerar as vantagens de um partido político separado" afirmou por sua vez John Henning, secretário da AFL-CIO da Califórnia.

O descontentamento com os candidatos

burgueses encontra explicação no fato de que os programas democrata e republicano estão dirigidos para cortar de um só golpe os direitos e o padrão de vida do povo trabalhador. A burocracia sindical que dirige os grandes sindicatos sabe que as bases não estão muito entusiasmadas perante a idéia de um apoio sindical a Carter, Reagan ou a Anderson.

Os trabalhadores, em especial dos sindicatos industriais, sentem isso com maior severidade. Os direitos e as melhorias das condições de trabalho conquistadas depois de longos anos de luta estão sendo eliminados. Cada alta salarial é anulada pela inflação. Os fechamentos de fábricas e as demissões massivas estão dizimando as fileiras dos que eram os sindicatos mais poderosos do país.

A discussão sobre o partido operário representa uma resposta inicial à crise econômica do capitalismo: é um passo por parte dos trabalhadores para preservar e defender seus interesses. Ao mesmo tempo forma parte de uma oposição profunda à política governamental capitalista em todos os níveis.

Mais de 2100 delegados na convenção da Associação de Máquinas e dos Trabalhadores Aeroespaciais, reunida de 2 a 10 de setembro últimos, votou por esmagadora maioria uma resolução rechaçando o apoio a qualquer dos candidatos presidenciais, propondo "desenvolver as bases de apoio para um partido pró-operário". E já antes, em maio, o Sindicato dos Trabalhadores do Aço no Sudoeste, representando 70 mil operários (muitos dos quais estão ainda em greve contra os magnatas do cobre) aprovou uma resolução chamando o sindicato a "apoiar um partido operário".

Não importa o que fará a nova administração Reagan. O processo de radicalização no seio do movimento operário não vai parar depois das eleições. Uma polarização se torna crescente entre o movimento operário que marcha para a esquerda e os partidos da classe dominante que caminham cada vez mais para a direita. É esta a chave atual da política nos Estados Unidos.